DIREITOS HUMANOS
PRA QUEM???
PRA MANOS, MINAS, MONAS E TODAS AS PESSOAS
VOL. 1 • 2023

Projeto de futuro

MDHC executa políticas públicas com base em evidências P. 10

A MISSÃO DE RESSIGNIFICAR OS DIREITOS HUMANOS

P. 19
As primeiras etapas da Caravana dos Direitos Humanos

P. 51
Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 75 anos

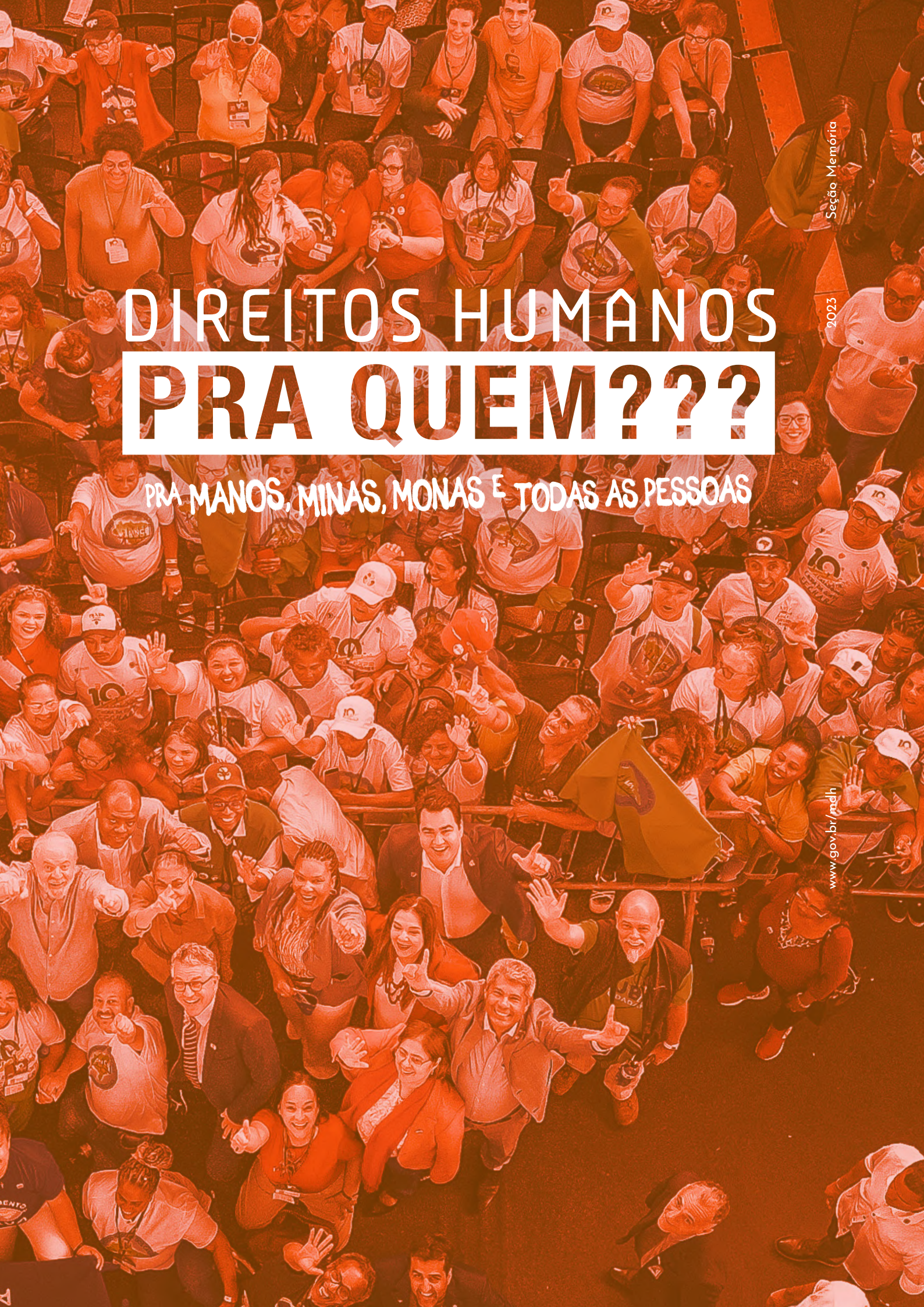
P. 26
Conheça as unidades inéditas do Ministério dedicadas à liberdade religiosa e à história dos africanos escravizados

P. 12
A retomada da Comissão de Anistia e das políticas de memória e reparação

Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

MDHC VOL. 1

Direitos Humanos pra Quem?
Pra manos, minas, monas e todas as pessoas


DIREITOS HUMANOS
PRA QUEM???
PRA MANOS, MINAS, MONAS E TODAS AS PESSOAS
Seção Memória
2023
www.gov.br/mdh

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Assessoria Especial de Comunicação Social

Silvio Almeida
Ministro de Estado

Ruy Conde
Assessor Especial

Isabel Carvalho
Coordenadora-Geral de Imprensa

Marcella Garcia
Coordenadora-Geral de Publicidade

Paulo Victor Chagas
Coordenador de Redação

Gardênia Lima
Coordenadora de Mídias Sociais

Editores-Executivos: Rafael Daher e Nathália Caeiro
Diagramadores: Daniel Neves Pereira e Luis Felipe Oliveira **Apoio**: Ana Clara Cabral
Revisora: Ângela Pereira
Repórteres: Ana Fabre, Ariel Morais, Eduardo George, Juliana Camelo, Nádia Laís, Nathália Caeiro, Paulo Victor Chagas, Rafael Daher, Raquel Oliveira, Renata Leite e Rodrigo Ramthum
Articulistas: Anna Paula Feminella, Camilo Onoda Caldas, Luiz Gustavo Lo-Buono

Revista Direitos Humanos pra Quem?
***Pra manos, minas, monas e todas as pessoas* - v. 1 - dez. 2023**

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Assessoria Especial de Comunicação Social
Esplanada dos Ministérios Bloco A - Zona Cívico-Administrativa - CEP: 70054-906 - Brasília - DF
Telefone: (61) 2027-3197 e-mail: imprensa@mdh.gov.br

SUMÁRIO

06 **Editorial** Os desafios da pauta de Direitos Humanos

08 **Pensando o Brasil** As principais mensagens do ministro Silvio Almeida

10 **Projeto de Futuro** A população em situação de rua e a construção de políticas com base ciência e indicadores

12 **Ecos da Democracia** Ações de memória e defesa da democracia

14 **Ouvidoria** Os principais dados do Disque Direitos Humanos em 2023

19 **Caravana dos Direitos Humanos** Pessoas em privação de liberdade existem e são valiosas

22 **O Brasil Voltou** Nova perspectiva do país no Sistema Internacional dos Direitos Humanos

26 **Luta Antirracista** Unidades do MDHC dedicadas à memória e diversidade

31 *Medidas de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo*

33 **Educação e Cultura em DH** Entrevista com a assessora especial Letícia Cesarino

36 **Conselheiros Tutelares** Os mais de 30 mil defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes

39 *É hora de avançar: o Novo Viver sem Limite e a conquista da cidadania plena no Brasil deficiência*

41 **Orgulho LGBTQIA+** O leque de ações e oportunidades oferecidas à comunidade

46 **Velhices Plurais** As pessoas idosas no centro do debate sobre futuro e direito a envelhecer

49 *Direitos Humanos e Empresas: colocando os pingos nos is e nos jotas*

51 **75 Anos da DUDH** Um diálogo sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos

55 **Afinal, Direitos Humanos pra Quem?** Os desafios da Comunicação em Direitos Humanos

58 **Dívidas com o Passado** Uma homenagem a Zé Celso Martinez e à história das Caravanas de Anistia

64 **Momentos** Registros emocionantes de 2023 em uma versão reduzida

Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

EDITORIAL

A missão de ressignificar os direitos humanos

"Lá vêm os direitos humanos defender bandido." Certamente, você já ouviu alguém falando isso. Mas você já parou e refletiu sobre o significado profundo que essa frase carrega? É um total desprezo à vida e ao direito da pessoa de existir. Uma narrativa extremista incorporada por muitos que acham que a exclusão de certos grupos da sociedade é a solução para certas questões nacionais.

Por Ruy Conde
Assessor Especial de Comunicação Social do MDHC

Não é de hoje que essa percepção foi construída e não vai ser da noite para o dia que ela vai desaparecer. Faz parte de uma construção social precária e cheia de vícios. Essa conceituação limitada sobre os direitos humanos é proposital e tem o condão de tirar a força de uma pauta ampla e que tem a responsabilidade de abraçar as demandas de quem não tem voz e vez na sociedade.

Por óbvio, esse descaminho conceitual foi forjado por grupos que desejam impregnar na sociedade narrativas que lhes atendam dentro de um contexto político e de um projeto de poder que pouco se preocupa com a preservação da vida. Apesar da manipulação conceitual não ter nascido a partir de 2016 – ano que marca o início de uma série de atentados políticos contra a democracia –, é possível afirmar que tais episódios foram responsáveis por reforçar de forma sistemática e organizada esse entendimento deturpado sobre os direitos humanos. Existia um projeto claro: destruir a pauta sob a perspectiva universal que é fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Esse projeto esteve intrinsecamente relacionado à desinformação, ao discurso de ódio, ao pânico moral e à busca por condenação da libertação humanitária – uma notória

ameaça, de interesses estranhos, à manutenção de uma agenda democrática. Esse grupo soube utilizar a comunicação estratégica – mesmo que com objetivos espúrios – para dominar narrativas, alcançar públicos diversos e sequestrar mentes e corações.

No Brasil de 2023, ainda bem, os direitos humanos voltaram com o objetivo de resgatar o seu real significado e com a missão de ser uma política de Estado, e não somente de governo. Isso significa dizer que a proteção e a defesa da cidadania brasileira deve ser algo tão firme que, sem depender de quem esteja no poder, continuará forte e inabalada.

“Pra manos, minas, monas e todas as pessoas!”

É tanto que agora o nome oficial do órgão que conduz as políticas de direitos humanos no país contém uma palavra ignorada pelo governo passado: cidadania. Agora o nome é Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Quando falamos sobre cidadania, também estamos tratando sobre a dignidade das pessoas. Estamos tratando da urgência em construir bases sólidas para o futuro, com direitos, de toda a população.

Para isso, o horizonte do presente nos revela que o desafio começa a partir de uma intensa e incansável comunicação articulada, planejada e estratégica para que a missão de ressignificar os direitos humanos no coração das pessoas seja alcançada. Para além disso, se faz urgente espalhar para dentro e para fora do governo o conceito dos direitos humanos e a importância de a pauta estar na base da construção das políticas públicas de todas as temáticas.

Precisamos furar a bolha e mostrar que os direitos humanos não estão somente atrelados às pautas que consideramos negativas em razão de todo o contexto que as envolvem, como questões prisionais, violência, letalidade, tortura, entre outras. Antes disso, há uma construção social que divide pessoas, separa corpos e escolhe quem tem o direito a isto ou aquilo. Por isso, é preciso dizer que os direitos humanos tratam muito mais sobre a vida de todas as pessoas e sobre o futuro. E é papel de cada cidadão espalhar essa informação.

Como diz o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, falar sobre direitos humanos é falar sobre a criação de uma cultura democrática de participação popular efetiva, de dignidade e também de desenvolvimento econômico. É falar sobre a possibilidade de se ter um futuro. Portanto, a temática vai além do que tentaram impor a ela.

E é preciso dar voz a todos os públicos que precisam ser ouvidos para serem atendidos em suas particularidades: pessoas em situação de rua, pessoas privadas de liberdade, pessoas ameaçadas e violadas em seus direitos fundamentais, pessoas de diferentes identidades de gênero, comunicadores, ambientalistas, entre tantos grupos sociais que têm voz ativa nesta revista.

Para essas pessoas serem ouvidas, as pautas precisam estar em evidência. A imprensa tem um papel crucial nessa jornada, e a internet avança em destaque nessa construção ideológica conceitual. Precisamos ser vigilantes e disputar os espaços. Daí a necessidade de se criar redes de comunicação, com pessoas engajadas, que informem fatos e que sejam capazes de plantar na audiência a semente da temática.

Uma boa comunicação é feita de planejamento e estratégia, mas sem união, força e afeto não alcançaremos nosso objetivo primordial: criar significados e mostrar os caminhos para transformar vidas e abrir estradas para o futuro.

Para marcar esse novo momento, nada melhor do que uma revista com conteúdo cuidadosamente trabalhado para que todas e todos entendam o trabalho que vem sendo realizado de reconstrução da pauta e de formulação de uma nova perspectiva de políticas públicas em que todas as cidadãs e cidadãos se reconheçam nesta jornada.

E quando ouvirem o seguinte questionamento: “Direitos Humanos pra Quem?”

Respondam: pra manos, minas, monas e todas as pessoas! ▪

PENSANDO O BRASIL

Reflexões do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, ao longo de 2023

JANEIRO

"Trabalhadoras e trabalhadores, vocês existem e são valiosos para nós." – Cerimônia de transmissão de cargo, janeiro de 2023.

FEVEREIRO

"Meu país e o mundo vivem hoje uma encruzilhada histórica. Para nós, brasileiros e cidadãos do mundo, o momento é 'de transpor os abismos que nos dividem'. É com esse mesmo sentimento que venho hoje neste Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas dizer: o Brasil voltou." – Reunião de Alto Nível da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, na Suíça, fevereiro de 2023. O discurso fez referência à declaração histórica de Nelson Mandela enquanto presidente da África do Sul.

MARÇO

"É preciso que se compreenda que o Estado não é e jamais será protagonista das lutas que nos trazem aqui. Protagonistas são as vítimas, suas famílias, os movimentos sociais e todos aqueles que se organizam para manter viva a memória, verdade e luta por justiça." – 1ª Sessão da Comissão de Anistia, março de 2023.

ABRIL

"Um país que mata crianças é tudo, menos uma democracia. É tudo, menos um mundo decente. Nós estamos falhando miseravelmente com as crianças e com os adolescentes. Nós estamos falhando miseravelmente com as pessoas que mais precisam de nós neste país. E nós temos que admitir isso para poder dar um passo para frente." – Discurso após ataque à escola em Blumenau (SC) onde quatro crianças foram assassinadas, abril de 2023.

"[É preciso] fazer com que a prisão não seja um meio de controle social da pobreza." – Audiência na Câmara dos Deputados, abril de 2023.

MAIO

"Crianças e adolescentes, vocês merecem brincar, estudar, sorrir, sonhar, envelhecer e ter um futuro. Eu quero poder viver em um mundo em que eu não tenha medo do fato da minha filha ser preta, mulher, criança e adolescente. Eu quero ainda viver em um mundo em que eu não tenha medo da maldade da pessoa adulta que é capaz de matar o sonho da inocência." – Evento no Palácio do Planalto em alusão ao 18 M, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, maio de 2023.

JUNHO

"O passado não pode nos definir, o presente não pode nos confinar. Portanto, ter projetos, se dirigir ao futuro é o que nos garante uma existência digna. Se achamos que envelhecer é o futuro que nós desejamos, precisamos, portanto, dizer às pessoas mais velhas que elas também têm um futuro." – Evento em alusão ao 15 de junho, Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, junho de 2023.

"Todas as pessoas que estão aqui devem ter muito orgulho, porque estão vivas, porque são o que são, porque existem apesar de um mundo que as violenta, que as massacra, que tira a dignidade. Nós temos que ter orgulho do que somos." – 27ª Parada do Orgulho LGBT+, São Paulo (SP), junho de 2023.

JULHO

“Eu sonho que um dia as notas de repúdio percam completamente o seu propósito, mas a verdade é que não temos um dia de paz. A estabilidade, não apenas da democracia do Brasil, mas da República, vai depender da nossa capacidade de reagir à altura contra esses arautos do caos, do desespero e do ódio.” – Cerimônia de divulgação do Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil, julho de 2023.

“Eu não preciso dizer que haverá resistências. Já há resistências, porque há pessoas que se beneficiam do ódio e da violência, e essas pessoas tentaram a todo custo evitar que nós façamos o nosso trabalho, que é mais que um trabalho, é uma missão, que é se opor ao avanço da barbárie.” – Cerimônia de divulgação do Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil, julho de 2023.

AGOSTO

“Estamos aqui para pensar a pessoa com deficiência a partir da não doença: que essa seja uma marca histórica para a consolidação de uma política de Estado.” – Audiência na Câmara dos Deputados, agosto de 2023.

SETEMBRO

“Quando nós acolhemos as vítimas de violência, inclusive os policiais, nós estamos falando de defesa dos direitos humanos. Portanto, falar de direitos humanos é falar de dignidade, falar de uma vida possível é falar de futuro.” – Entrega de veículos para Conselhos Tutelares, Belém (PA), setembro de 2023.

OUTUBRO

“A responsabilidade empresarial não é uma estranheza. É estranho que diante de todos os acontecimentos que o Brasil já experimentou, já experienciou, diante da necessidade que temos de nos prepararmos economicamente para as disputas que serão realizadas na economia global sobre parâmetros como desenvolvimento sustentável, justiça climática e tantos outros termos, que são temas da ordem do dia, é estranho que nós não estejamos pensando na responsabilidade empresarial e nos impactos que elas causam nos direitos humanos.” – Seminário sobre Direitos Humanos e Empresas, outubro de 2023.

NOVEMBRO

“A ditadura é resultado de um país que nunca prestou contas com a escravidão. Então, é um país atravessado pelo autoritarismo, pela dependência econômica, pela desigualdade profunda e pelo racismo. São elementos que estruturam a sociedade brasileira, por isso as políticas de memória são muito importantes.” – Reunião para discutir iniciativas do Novembro Negro, novembro de 2023.

DEZEMBRO

“O que nós temos aqui é uma retomada, é a possibilidade de fazer política baseada em ciência e evidência. E isso é muito importante após um período que negou tudo isso, que virou as costas para a verdade. O que está sendo feito aqui é a retomada da decência nesse país, a retomada de um discurso de vida contra um discurso de morte.” – Evento de lançamento das ações e projetos estratégicos para os direitos das crianças e adolescentes por ocasião dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dezembro de 2023.

Cidadania

Evidência aos que mais precisam

Políticas para pessoas em situação de rua, indicadores em direitos humanos com foco nos públicos vulnerabilizados e lançamento do ObservaDH: conheça iniciativas transversais que ganharam destaque no primeiro ano de gestão

Texto: Raquel Oliveira

"Esta é uma gestão baseada na ciência e no uso de indicadores para a promoção de políticas públicas em direitos humanos baseadas em evidências". É assim que a secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Rita Oliveira, define o compromisso do atual governo com a utilização de dados, valorização da ciência e análise dessas informações para se promover ações efetivas para grupos populacionais vulnerabilizados, como as pessoas em situação de rua.

O foco de trabalho nesse sentido é tão claro que, na atual gestão, foi criada a Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências, no âmbito da Secretaria-Executiva do MDHC. Um dos principais desafios da unidade foi idealizar, planejar e lançar, em menos de 12 meses, o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH).

O ObservaDH foi instituído pela Portaria nº 571, de setembro deste ano, e tem como principal objetivo difundir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Com base em uma série de indicadores e evidências, será possível planejar, monitorar e avaliar a aplicação das políticas do Ministério e demais instituições, públicas e privadas.

Rita Oliveira ressalta que o novo observatório exemplifica a melhor maneira de criar, desenvolver e implementar políticas públicas em direitos humanos, já que na plataforma virtual – de acesso público – serão disponibilizados indicadores sobre os diversos públicos abrangidos pelas políticas do MDHC, como crianças e adolescentes; pessoas idosas; pessoas com deficiência; lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outros (LGBTQIA+); pessoas em situação de rua; pessoas privadas de liberdade; e outros grupos sociais vulnerabilizados.

"Nosso compromisso é mudar esse cenário pelo qual o Brasil passou recentemente, de descaso com as políticas de direitos humanos e com a ciência. As ações do MDHC seguem um norte e unem teoria e prática ao utilizar pesquisas, dados e números oficiais para embasar políticas públicas; são iniciativas baseadas em evidências e não em achismos. Com isso, queremos realmente alcançar quem está lá na ponta e desempenhar o papel do poder público. Com essa valiosa ferramenta, poderemos unir governos e toda a sociedade na busca por entender as realidades do país e encontrar soluções conjuntas. Temos essa responsabilidade e esse comprometimento enquanto gestores públicos", afirma a secretária-executiva.

A construção do ObservaDH conta com cooperações importantes firmadas nos últimos meses. A parceria histórica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi retomada. Em setembro, o MDHC formalizou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que permite a formulação e execução de pesquisas aplicadas sobre a execução de políticas de direitos humanos e cidadania no país.

Segundo Rita Oliveira, o intuito é recuperar a atuação estratégica, sendo a Coordenação-Geral de Indicadores

e Evidências em Direitos Humanos central neste processo. “O Ipea é especialmente conhecido pela sua atuação nos temas associados ao planejamento e à economia, mas possui também uma incidência histórica nas políticas públicas de direitos humanos, dentre outros motivos, pela produção de pesquisas aplicadas sobre políticas voltadas aos diversos públicos vulnerabilizados e vítimas de violações de direitos e de violências diversas”.

Outros Acordos de Cooperação Técnica foram firmados pelo Ministério com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a empresa Itaipu Binacional e o Parque Tecnológico de Itaipu, assim como com o Conselho Nacional de Justiça.

População em situação de rua

No que se refere à população em situação de rua, a secretária-executiva Rita Oliveira relembra o empenho e a priorização a esse público desde o início da gestão, antes mesmo da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

No final de novembro, a tempo do prazo estipulado pelo ministro na ADPF 976, o Ministério finalizou e enviou ao STF o Plano de Ação e Monitoramento para a Efetiva Implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), que terá papel importante na execução do plano, foi fortalecido, ampliado e agora é composto de forma paritária por representantes do governo federal e da sociedade, incluindo os movimentos sociais da população em situação de rua.

Guia Inclua

E para comprovar que o uso de dados é um instrumento potente na mobilização e conhecimento da realidade, antes mesmo do lançamento do ObservaDH alguns estudos foram divulgados. Em setembro, foi lançado o relatório preliminar *População em situação de Rua*: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. A publicação traz informações referentes à população em situação de rua do país a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas nacionais como o Cadastro Único.

No mesmo sentido, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou o *Guia INCLUA PopRua* – Avaliação de riscos de desatenção, exclusão ou tratamento inadequado da população em situação de rua. Produzido em parceria com o Ipea, o documento é destinado a agentes públicos e profissionais que atuem com população em situação de rua. ▪

Operação Inverno Acolhedor

Entre as entregas ocorridas este ano pelo Ministério para as pessoas que mais precisam, foi realizada a Operação Inverno Acolhedor. A ação emergencial atendeu, especialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade que sofrem com o frio intenso nas regiões Sul e Sudeste do país.

Por meio de convênios e com o apoio das sete capitais das regiões, de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, o Ministério investiu R$ 5 milhões voltados à distribuição de itens de proteção térmica este ano.

“Foi um primeiro passo emergencial. Nós sabemos das dificuldades relacionadas às condições climáticas nas capitais do Sul e Sudeste e, por isso, essa operação traz uma série de serviços para dar uma atenção emergencial para a população em situação de rua”, ressaltou Rita Oliveira.▪

Dívida com o passado autoritário

Os ecos da democracia resistem: a retomada da Comissão de Anistia como colegiado de Estado

Texto: Eduardo George

No cenário histórico do Brasil, marcado por um passado de autoritarismo e repressão política, a Comissão de Anistia emerge como uma figura central na busca pela justiça e reconciliação. O colegiado, criado pela Lei nº 10.559/2002, desempenha papel crucial na reparação de danos causados a inúmeras vítimas da ditadura militar, bem como na preservação da memória coletiva do país. A Comissão de Anistia é um órgão de assessoramento direto e imediato ao ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, vinculada à Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade.

O assessor especial Nilmário Miranda, referência nacional no tema, detalha a razão de ser da instituição: "A tarefa da Comissão de Anistia está diretamente relacionada ao mandamento constitucional da transição brasileira, objetivando a pacificação nacional. É fundamental completar essa tarefa de reparar as perseguições políticas feitas pelo Estado brasileiro a fim de virarmos essa página da ditadura".

Histórico

Com a missão de reverter a interferência política propagada nos últimos anos, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou, em janeiro de 2023, uma nova portaria que recompõe a Comissão para torná-lo muito mais plural e diverso e garantir que ele reflita a pluralidade do Brasil.

Sob liderança da professora Eneá de Stutz e Almeida, o colegiado é composto, hoje, por 17 conselheiros, 2 representantes de pessoas anistiadas, além de um representante do Ministério da Defesa. Os nomes escolhidos possuem experiência técnica, em especial no tratamento do tema da reparação integral, memória e verdade.

"É lindo ver a nova composição da Comissão de Anistia. Temos várias primeiras vezes: a presidência ocupada por uma mulher; uma conselheira indígena; a maioria do Conselho da Comissão feminina, sendo 10 mulheres e 9 homens. Se considerado o Conselho da Comissão

e a equipe administrativa, temos negros e negras, comunidade LGBTQIA+ e, assim, a diversidade brasileira fica representada naqueles que estão trabalhando para concluir o processo constitucional de reparação integral", explica a presidenta Eneá de Stutz e Almeida.

Um novo capítulo

O novo Regimento Interno do colegiado, por meio da Portaria nº 177, de 22 de março de 2023, trouxe novidades importantes como o requerimento de anistia política coletiva, em reconhecimento à perseguição política contra coletividades (trabalhadores, estudantes, camponeses, povos indígenas, população LGBTQIA+, sindicalistas etc.) e a possibilidade de revisão de indeferimentos em desconformidade com a Lei nº 10.559/2002.

Como evento para marcar a retomada da Comissão de Anistia, foram realizados o Encontro com os representantes de Anistiados e Anistiandos, em 29 de março; e a 1ª Sessão de Julgamento no dia 30 de março, com a presença do ministro Silvio Almeida, de parlamentares, autoridades e representantes da sociedade civil. Essa e outras atividades ocorreram durante a chamada **"Semana do Nunca Mais"**.

Reparação, reconhecimento e preservação da memória coletiva

Uma das principais funções da Comissão de Anistia é reconhecer as vítimas do regime militar, concedendo-lhes anistia política e fornecendo uma reparação simbólica, financeira. Também é exigido um pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro em casos de deferimentos de pedidos de anistia. Esse reconhecimento é uma forma de garantir que as vítimas e suas famílias recebam a devida atenção e apoio em seu processo de cura e reconciliação.

Para o assessor Nilmário Miranda, a garantia de não repetição e o caráter pedagógico das análises são outros motes fundamentais da instituição. "Enquanto o país avança em direção a um futuro mais justo e democrático, a Comissão de Anistia continua a ser uma peça central no quebra-cabeças da reconciliação nacional", avalia. ▪

"Esse trabalho ajuda a educar as gerações mais jovens sobre nosso passado sombrio a fim de garantir que tais eventos não se repitam".

Semana do Nunca Mais

Com a missão de retomar agendas institucionais pela preservação da memória, da verdade, da luta pela democracia e justiça social e reverter a interferência política propagada nos últimos anos, o MDHC, por meio da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, realizou entre os dias 24 de março e 2 de abril a "Semana do Nunca Mais – Memória Restaurada, Democracia Viva".

Entre as ações desenvolvidas, tivemos o lançamento de um selo virtual em alusão à campanha para ser utilizado nas redes sociais; um ato público na ponte Honestino Guimarães, em Brasília, como forma de reparação da memória por meio da justiça de transição; audiências públicas com anistiados e seus familiares, além da primeira sessão da Comissão de Anistia. ▪

Ouvidoria cidadã a serviço de 203 milhões de brasileiros e brasileiras

Principal meio de contato da sociedade com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Disque Direitos Humanos registra aumento de quase 40% nas denúncias de janeiro a outubro deste ano em comparação com o mesmo período de 2022; crianças e adolescentes é o público com maior número de violações reportadas

Texto: Rodrigo Ramthum

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, atua como canal de comunicação da sociedade com a Pasta.

A finalidade é assegurar à população a oportunidade de registrar suas reclamações e denúncias de violações dos direitos humanos, de modo a contribuir para o cumprimento do dever do Estado de dar as garantias individuais ao cidadão e cidadã, em especial às populações em situação de vulnerabilidade social, para que possam ter o pleno exercício de sua cidadania.

A ONDH tem a competência de receber, examinar, encaminhar, acompanhar e prestar informações aos cidadãos acerca de denúncias, que podem ser anônimas, e reclamações sobre violações dos direitos humanos.

O Disque Direitos Humanos (Disque 100) é o principal canal para registro dessas violações. Cada denúncia recebe um número de protocolo para acompanhamento.

Ao serviço cabe também disseminar informações e orientações acerca de ações, programas, campanhas, direitos e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos disponíveis no âmbito federal, estadual e municipal e do Distrito Federal.

Qualquer pessoa pode reportar alguma notícia de fato relacionada a violações dos direitos humanos da qual seja vítima ou tenha conhecimento.

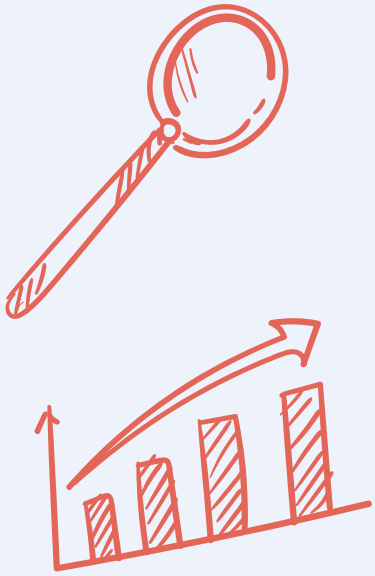
O serviço funciona diariamente, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100.

Outros canais

Além disso, pessoas com deficiência auditiva podem realizar denúncias via videoconferência na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para receber atendimento ou fazer denúncias pelo WhatsApp, basta enviar mensagem para o número (61) 99611-0100. O Telegram é outra alternativa, bastando digitar "Direitoshumanosbrasil" na busca do aplicativo. Após uma mensagem automática inicial, o atendimento será realizado pela equipe do Disque 100.

Além disso, o próprio site da Ouvidoria **www.gov.br/mdh/pt-br/ondh** possibilita o registro de denúncias diretamente ou por meio de chat.



Painel de Dados

O Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é uma importante ferramenta para a construção e o aprimoramento de políticas públicas, além de reforçar ainda mais a transparência do serviço. O cidadão pode acessá-lo por meio do endereço eletrônico **www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados** e pesquisar dados de denúncias registradas no Disque 100. A interação acontece por meio de filtros, de maneira que, na plataforma, o cidadão pode realizar diversos recortes pelo perfil da vítima, do suspeito e, ainda, pelas especificidades da denúncia (cenário da violação; espécie da violação; elementos circunstanciais; entre outros).

O registro de dados tão importantes como esse, de forma sistemática, permite o acompanhamento do panorama de violações dos direitos no país, seja por estudiosos, pesquisadores, agentes públicos promotores de políticas públicas, organizações da sociedade civil engajadas nas pautas, assim como jornalistas e cidadãos e cidadãs em geral.

Por meio do infográfico a seguir, é possível observar um aumento de 39,71% no volume de denúncias quando comparado 2023 com 2022. No caso das violações reportadas, esse aumento é ainda mais significativo: 74,81%. O período analisado se refere aos meses de janeiro a outubro dos dois anos. Esse aumento considerável se deve, em grande parte, ao trabalho de resgate do verdadeiro propósito do Disque 100 realizado por esta gestão. Soma-se a isso a intensa divulgação junto à sociedade, inclusive com parcerias com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e outras entidades realizadas em 2023, e o resultado é o crescimento da credibilidade do canal. ▪

Painel de Dados

Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

DENÚNCIAS E VIOLAÇÕES

243.590 protocolos de denúncias em 2022 (janeiro a outubro)

310.968 denúncias em 2022 (janeiro a outubro)

1.614.023 violações em 2022 (janeiro a outubro)

278.203 protocolos de denúncias em 2023 (janeiro a outubro) - **aumento de 14,21%**

434.440 denúncias em 2023 (janeiro a outubro) **aumento de 39,71%**

2.821.532 violações em 2023 (janeiro a outubro) **aumento de 74,81%**

Grupos vulneráveis mais atingidos:

1º - Criança ou adolescente = **189.224**

Violação mais recorrente: maus-tratos

2º - Pessoa idosa = **117.423**

Violação mais recorrente: exposição de risco à saúde

3º - Mulher = **92.131**

Violação mais recorrente: tortura psíquica

4º - Pessoa com deficiência = **56.436**

Violação mais recorrente: exposição de risco à saúde

5º - Cidadão, família ou comunidade = **33.350**

Violação mais recorrente: tortura psíquica

PRINCIPAIS VÍTIMAS E ESTADOS

Ranking dos cinco estados com mais denúncias:

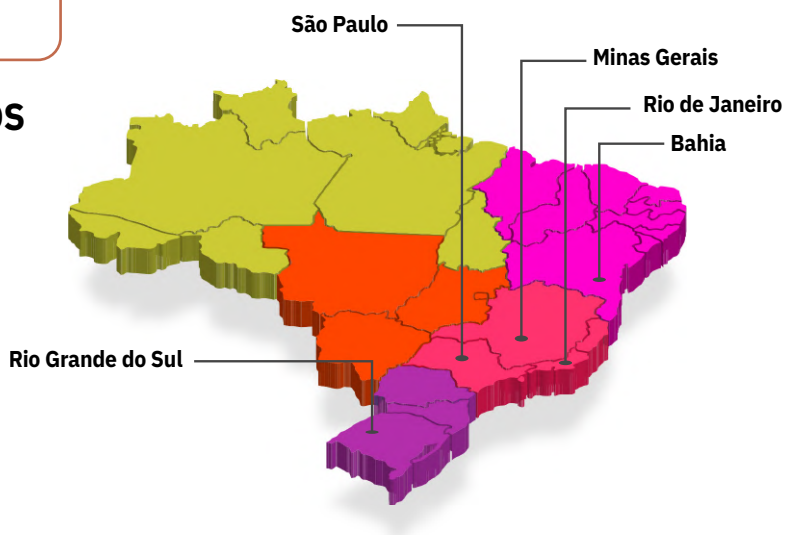
1º - SP = **113.269**

2º - RJ = **59.656**

3º - MG = **48.049**

4º - RS = **23.985**

5º - BA = **22.612**



DENÚNCIAS POR REGIÃO

Região	Estado	Janeiro a Junho	Julho a Outubro	Total 10 Meses 2023
Sudeste	SP	63.884	49.385	113.269
	RJ	33.616	26.040	59.656
	MG	26.754	21.295	48.049
	ES	4.708	3.950	8.658
Total Sudeste	**-**	**-**	**-**	**229.632**
Nordeste	BA	12.686	9.926	22.612
	PE	8.988	6.942	15.930
	CE	7.053	5.757	12.810
	RN	4.702	3.373	8.075
	MA	4.078	3.016	7.094
	PB	3.245	2.631	5.876
	PI	3.036	2.406	5.442
	AL	2.967	2.294	5.261
	SE	2.529	1.856	4.385
Total Nordeste	**-**	**-**	**-**	**87.485**
Sul	RS	13.940	10.045	23.985
	PR	9.591	7.194	16.785
	SC	8.802	6.799	15.601
Total Sul	**-**	**-**	**-**	**56.371**
Centro-Oeste	GO	6.461	5.437	11.898
	DF	5.525	3.802	9.327
	MT	1.895	1.764	3.659
	MS	3.746	3.083	6.829
Total Centro-Oeste	**-**	**-**	**-**	**31.713**
Norte	AM	4.672	3.905	8.577
	PA	4.374	3.682	8.056
	RR	362	177	539
	AC	612	565	1.177
	TO	999	778	1.777
	RO	1.319	956	2.275
	AP	427	427	854
Total Norte	**-**	**-**	**-**	**23.255**
N/D	-	3.762	2.222	5.984
Grand Total	**-**	**229.632**	**87.485**	**56.371**

Escuta ativa

Para além dos canais da ONDH, como o Disque 100, uma parte fundamental do trabalho de acolhimento das denúncias de violações dos direitos humanos é a escuta ativa. Nesses casos, uma equipe do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania vai até a região ou território e dialoga diretamente com os atores locais, ouvindo os relatos, colhendo as informações e, posteriormente, dando os encaminhamentos de acordo com cada caso.

Ainda em janeiro, o ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira, integrou a comitiva da Pasta em Boa Vista (RR) com o objetivo de apurar a situação da crise humanitária que atingia o povo Yanomami, vítima da omissão do Estado brasileiro nos últimos anos.

Essa e outras visitas à região serviram de base para a construção de um relatório que orientou a continuidade das ações do governo à época. Em julho, nova etapa da missão também foi realizada com a participação da Ouvidoria.

Outro exemplo de ação *in loco* ocorreu por ocasião das fortes chuvas que atingiram o litoral sul do estado de São Paulo, mais notadamente São Sebastião, em fevereiro. Uma comitiva do MDHC, coordenada pela Ouvidoria, esteve na cidade ouvindo as vítimas, dialogando com as autoridades e acompanhando os trabalhos de apoio aos afetados.

Esse fato motivou a criação de um protocolo de atuação em situações de riscos e desastres. Assinado pelo ministro Silvio Almeida e publicado no Diário Oficial da União, o instrumento designa a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos como representante do órgão no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. A iniciativa foi, inclusive, apresentada à Cruz Vermelha Brasileira (CVB), que enalteceu a cooperação como meio de salvar vidas.

O protocolo já foi aplicado, por exemplo, durante as fortes chuvas e enchentes em Alagoas, em julho deste ano, quando o trabalho de escuta ativa também foi realizado junto à população afetada.

Capacitações

Para proporcionar um atendimento humanizado aos cidadãos e cidadãs que procuram a ONDH, é preciso garantir as melhores condições e investir na capacitação dos colaboradores que atuam na central de atendimento. Com o envolvimento das secretarias finalísticas da Pasta, apoio de parceiros e coordenação da Ouvidoria, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania realizou, em 2023, pelo menos 12 ações nesse sentido.

Em maio, em parceria com o Ministério das Mulheres, foi realizada capacitação na Central de Atendimento do Disque 100 e do Ligue 180, como parte das ações em alusão ao 18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O objetivo foi orientar sobre recebimento de denúncias de violência sexual contra esse público.

No mês seguinte, os atendentes da central do Disque 100 participaram da palestra "O combate às violações contra a pessoa idosa", onde foram abordados conceitos e políticas públicas referentes às escutas realizadas pelos atendentes.

Em julho, colaboradores da central foram capacitados no âmbito do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita). Já em agosto, o objetivo foi aprimorar e sensibilizar sobre denúncias que envolvem violações de direitos contra a população em situação de rua.

Neste módulo, a formação foi ministrada pela Coordenação-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua do MDHC.

Em setembro, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi a vez de falar sobre "Comunidades brasileiras e Assistência consular". Liberdade religiosa, intolerância religiosa e racismo religioso foram os temas da capacitação que a ONDH promoveu em outubro para operadores, coordenadores e supervisores da central do Disque 100, dentre outras temáticas, capacitações e unidades do Ministério envolvidas na capacitação.

Fotos: Ruy Conde/MDHC

Caravana dos Direitos Humanos: dignidade nos presídios brasileiros

Após convocação do presidente Lula, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou projeto de visita a unidades penitenciárias e socioeducativas brasileiras; objetivo é identificar violações de direitos humanos e condições precárias para proposição de políticas públicas e criação de um plano nacional de aprimoramento do sistema

Texto: Nathália Caeiro

O sistema penitenciário brasileiro enfrenta graves problemas, sendo um dos mais desafiadores do mundo. O país é o terceiro colocado no ranking dos que possuem mais pessoas privadas de liberdade no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Em 2022, segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o país contava com 832.250 detentos para uma capacidade total de apenas 464.672 vagas. Isso resulta em uma taxa de ocupação de 179%, indicando que há mais pessoas detidas do que vagas disponíveis.

Consciente do tamanho dos desafios, o governo brasileiro atua, desde o início desta gestão, na articulação de atores e formulação de políticas que busquem superar os principais dilemas do sistema prisional brasileiro. No âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, está a Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos. Também faz parte das competências da Pasta o acompanhamento e cumprimento de sentenças e medidas estabelecidas pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Em agosto de 2023, o Ministério iniciou a Caravana dos Direitos Humanos, uma série de visitas pelos estados brasileiros para acompanhar a situação da população carcerária. O projeto atende a um pedido pessoal do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro Silvio Almeida.

Iniciada a tarefa, o ministro realizou agendas preparatórias com representantes da Defensoria Pública da União, Defensorias Pública Estaduais, organismos internacionais, Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes da sociedade e lideranças das diversas unidades da Federação.

Dentre os critérios para as visitas estão unidades prisionais que foram objeto de determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). As medidas requeridas pela Corte IDH visam proteger eficazmente a vida, a saúde e a integridade das pessoas privadas de liberdade e de qualquer pessoa que se encontre nos estabelecimentos prisionais, inclusive os agentes penitenciários, os funcionários e os visitantes.

Dentre as principais violações de direitos encontradas estão a superlotação, condições precárias de higiene e saúde, falta de água potável, casos de tortura, maus-tratos e violência, e dificuldade de acesso a serviços básicos como educação, saúde e assistência jurídica.

Primeiras visitas

A ação do MDHC tem como um dos seus eixos de atuação visitar unidades de privação de liberdade consideradas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em situação de extrema gravidade.

O ministro Silvio Almeida iniciou as Caravanas dos Direitos Humanos com uma visita à Unidade de Internação Socioeducativa (Unis) de Cariacica, no Espírito Santo. Na ocasião, foi formalizado convênio com o Instituto de Atendimento Socioeducativo do estado para a compra de dez veículos destinados ao transporte humanizado de socioeducandos, com investimento de R$ 1,6 milhão.

No mês de outubro, a equipe do MDHC esteve em Recife (PE) por três dias e conversou com trabalhadores do sistema prisional de Pernambuco e da Força de Cooperação Penitenciária (Focopen). Os integrantes da comitiva ministerial conheceram o Complexo Penitenciário do Curado e as pessoas privadas de liberdade no espaço.

No segundo dia da caravana, o ministro Silvio Almeida esteve com as mães da chacina do Curió, caso ocorrido em 2015 que vitimou 11 pessoas, oito delas entre 17 e 18 anos.

Já no Ceará, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, concluiu a terceira etapa da Caravana dos Direitos Humanos em Fortaleza, visitando unidades socioeducativas. Durante a agenda, foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Assembleia Legislativa do estado, focado na prevenção da violência e no apoio a familiares de vítimas de homicídio, e anunciou o lançamento de um projeto-piloto de combate ao racismo no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Também foi realizada a inspeção das instalações nas unidades e diálogo com jovens, além de se reunir com peticionários da medida cautelar adotada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em resposta a violações de direitos contra adolescentes em medidas socioeducativas, marcando a primeira vez que um ministro de Estado dialogou com essas pessoas.

As Caravanas dos Direitos Humanos não são apenas uma iniciativa, mas um compromisso com a justiça e a dignidade. Com o MDHC à frente, o caminho e a colaboração crucial da sociedade civil, a esperança de

um sistema penitenciário mais humano e respeitoso com os direitos fundamentais cresce.

"Há a necessidade de uma conjugação de esforços para fazer frente a esse desafio. Existe, no âmbito do MDHC, uma incumbência de noticiar e produzir relatórios periódicos acerca do cumprimento das decisões da Corte Interamericana. Esse é o principal objetivo da Caravana, que é justamente contribuir com o Poder Executivo Estadual, com os atores institucionais locais para que avancemos juntos no levantamento das medidas provisórias previstas pela Corte IDH", observou a secretária Isadora Brandão durante uma das visitas do projeto.

Corte Interamericana dos Direitos Humanos

A superlotação nos sistemas prisionais tem gerado uma série de desafios ao Brasil, levando-o a ser analisado internacionalmente pelo Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos ao longo das últimas três décadas. A Corte IDH emitiu diversas decisões condenando o Estado brasileiro por violações sistemáticas de direitos humanos nas prisões.

Devido à superlotação e à violência relatada na Unidade Socioeducativa do Espírito Santo (UNIS), a Corte IDH adotou medidas provisórias em 2011 para proteger as pessoas no local. Foram emitidas nove resoluções relacionadas a essas medidas, além de duas resoluções convocando audiências públicas para casos brasileiros urgentes, incluindo o da UNIS.

O Complexo Penitenciário do Curado, localizado em Recife (PE), surgiu após a divisão do antigo Presídio Professor Aníbal Bruno. Ele é composto por três unidades: Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo (PAMFA), Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB) e Presídio Frei Damião de Bozzano (PFDB). A Corte IDH adotou medidas provisórias em 22 de maio de 2014 devido ao grave risco à integridade dos detentos, incluindo um alto número de mortes violentas, relatos de tortura e violência sexual por parte de detentos exercendo funções de gestão não oficiais, além de condições de detenção degradantes devido à superlotação e más condições.

A superlotação, falta de assistência médica adequada e más condições do Presídio Evaristo de Moraes, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, resultaram em 50 mortes de causas não especificadas. Isso levou a Corte Interamericana de Direitos Humanos a emitir medidas provisórias, exigindo que o Estado brasileiro tome providências imediatas para proteger a vida, integridade, saúde e acesso à água e alimentação dos detentos na unidade. A coordenação do Núcleo do Sistema Penitenciário (Nuspen) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro denunciou as deficiências da estrutura do presídio aos órgãos internacionais. Desde agosto de 2019, o Estado brasileiro está sob a obrigação de cumprir as medidas cautelares emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a pedido do Nuspen.

Também no estado do Rio de Janeiro, o Instituto Penal Plácido Sá Carvalho (IPPSC) é uma instituição destinada a penas em regime semiaberto para homens. Medidas provisórias da Corte IDH foram implementadas devido ao grave risco à integridade física, vida e saúde dos detentos, devido ao alto número de mortes não violentas. Até o momento, foram emitidas quatro resoluções específicas relacionadas às medidas provisórias de 2017 para o IPPSC. A superlotação e as más condições sanitárias do local eram fatores centrais para a manutenção da situação de violação dos direitos humanos.

As decisões da Corte IDH sobre o sistema prisional brasileiro são um importante instrumento para a promoção e proteção dos direitos humanos nas prisões. Elas estabelecem parâmetros que o Estado brasileiro deve cumprir para garantir que as pessoas privadas de liberdade sejam tratadas com dignidade e respeito aos seus direitos fundamentais. O Estado brasileiro deve adotar medidas para reduzir a superlotação, melhorar as condições de detenção, garantir a assistência médica adequada e prevenir a violência nas prisões. Além disso, é crucial que o acesso à justiça seja garantido para todos os detentos. ▪

Direitos humanos

Foto: Clarice Castro/MDHC

O Brasil de volta ao centro do debate internacional

A nova perspectiva diante dos sistemas internacionais de promoção e proteção pauta as posições do país nos fóruns internacionais, inclusive no Mercosul

Texto: Renata Leite

Reposicionar o Brasil nos casos contenciosos sob análise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos é uma das prioridades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; missão que vem sendo executada a partir de um conjunto de ações que reposicionam o Brasil no cenário global.

Ainda nos 100 primeiros dias de governo, o tom que o Brasil deu à pauta foi anunciado pelo ministro Silvio Almeida durante a reunião de Alto Nível da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, ocorrida em fevereiro, em Genebra (Suíça). Na ocasião, o titular da Pasta anunciou que "o Brasil voltou" às discussões globais sobre direitos humanos, conectado às demandas do tempo presente e ao futuro da humanidade.

Foto: Ruy Conde/MDHC

O Brasil e a Corte Interamericana de DH

A postura do atual governo, necessária em razão dos retrocessos ocorridos nos últimos quatro anos, exigiu a retomada de diálogos com diversos atores e o compromisso com as obrigações internacionais, a exemplo dos casos contenciosos diante da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), agenda que está a cargo da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AI/MDHC).

"Nossa proposta é de que, sem abrir mão da defesa do Estado brasileiro no plano internacional, nós façamos essa defesa de maneira ética, sabendo reconhecer, sempre que necessário, as falhas do Brasil no cumprimento de suas obrigações internacionais diante da Convenção Americana de Direitos Humanos", explica a assessora especial, Clara Solon.

A gestora aponta que, no plano das reparações já determinadas, o Ministério tem buscado recompor o diálogo com diferentes instâncias governamentais, nos planos federal e estadual, de maneira a impulsionar as medidas necessárias para cumprir as decisões internacionais.

As reparações devidas pelo Estado brasileiro buscam, a partir dos erros cometidos, construir soluções para a "não repetição" dos abusos.

Atualmente, o Brasil tem uma lista de sentenças a cumprir e busca efetivar as determinações. São 12 condenações por violações de direitos humanos. E em setembro deste ano, a notícia foi positiva: a Corte IDH anunciou que as reparações para o caso Ximenes Lopes vs. Brasil foram integralmente cumpridas, e o caso arquivado. A sentença, proferida há 17 anos, se deu em decorrência da morte de Damião Ximenes Lopes, com 30 anos, em 1999, vítima de maus-tratos sofridos na Casa de Repouso Guararapes, em Sobral (CE).

A última pendência da condenação foi a implantação da formação Direitos Humanos e Saúde Mental: Curso Permanente Damião Ximenes Lopes do MDHC, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A capacitação, lançada em abril, já conta com mais de 22 mil pessoas inscritas, entre profissionais de saúde e pessoas interessadas na temática.

Uma cerimônia pública no início de outubro, no Palácio do Itamaraty, com a presença de autoridades brasileiras e membros da Corte IDH, marcou o encerramento do caso.

Mudança de postura

Em outra audiência realizada em março, em Santiago (Chile), o Estado brasileiro formulou pedido oficial de desculpas no caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil, pelas violações territoriais ocorridas contra as comunidades maranhenses durante a construção do Centro de Lançamento de Alcântara, na Região Metropolitana de São Luís (MA). Essa é a primeira vez que o Estado brasileiro é julgado em função dos direitos da população quilombola.

Presente na audiência, a secretária-executiva do MDHC, Rita Oliveira, reforçou as desculpas do Estado brasileiro e anunciou ações prioritárias e urgentes na garantia dos direitos aos habitantes da região no que diz respeito à titulação de terras e à promoção de direitos humanos, por meio do Programa Aquilomba Brasil, lançado em março por meio do Decreto nº 11.447/2023. "A iniciativa promove a proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, dos costumes, das tradições e das manifestações culturais da população quilombola", discursou, à época.

Em outro caso emblemático – Sales Pimenta vs. Brasil – o país foi condenado pela Corte IDH por "graves falências" judiciais que resultaram na impunidade dos responsáveis pelo assassinato de Gabriel Sales Pimenta, advogado de trabalhadores rurais assassinado a tiros em Marabá (PA), em 1982.

No mês de novembro, o MDHC deu início à implementação de uma das medidas da sentença. A instalação do Grupo de Trabalho Técnico (GTT), coordenado pela Pasta, é composto por 20 representantes do governo federal e 20 da sociedade civil e tem por objetivo propor a criação de políticas de proteção para os defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas a partir da elaboração de plano nacional e de proposição de anteprojeto de lei.

Crise humanitária e sanitária

O caso dos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku é um dos mais graves exemplos de omissão dos governos ao longo dos anos diante de violações de direitos humanos dos povos indígenas. Logo no início desta gestão, o governo brasileiro decretou emergência de saúde pública após constatar que dezenas de adultos e crianças sofriam com desnutrição grave e malária, o que causou a morte de centenas de crianças nos últimos anos.

As discussões no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) – responsável por encaminhar os pedidos à Corte IDH – se iniciaram em maio de 2022, quando o órgão internacional cobrou do Brasil o cumprimento de liminares relativas aos povos indígenas por situação de "extrema gravidade".

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania instituiu imediatamente um gabinete de crise para enfrentar a situação e divulgou levantamento inicial das omissões observadas entre os anos de 2019 e 2022. Além de ignorar recomendações da CIDH, a Pasta responsável por combater as violações à época agiu com descaso frente a processos encaminhados à gestão anterior.

A força-tarefa criada para enfrentar a crise humanitária envolveu cerca de 660 profissionais de saúde e 13.542 atendimentos nas diversas unidades montadas em Boa Vista, em estruturas temporárias e nos polos bases da Terra Indígena. Em abril, o Ministério divulgou relatório final com o diagnóstico de violações de direitos do Povo Yanomami. Uma versão completa, com ações transversais de todos os ministérios, foi publicada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. ▪

RAADH - Encontros internacionais

A nova perspectiva dos direitos humanos no Brasil permitiu a construção de propostas comuns no âmbito da Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul (RAADH). O evento ocorre semestralmente com a participação das principais autoridades governamentais das instituições competentes em questões de direitos humanos dos Estados Partes e Associados do Mercosul.

Atualmente, o trabalho da RAADH é organizado através de nove Comissões Permanentes (Discriminação, Racismo e Xenofobia; Iniciativa Niñ@Sur; Pessoas com Deficiência; Pessoas Idosas; Gênero e Direitos Humanos das Mulheres; Educação e Cultura em Direitos Humanos; Memória, Verdade e Justiça; LGBTI; Comunicação em Direitos Humanos) e do Grupo de Trabalho Discurso de Ódio, bem como da Plenária de Altas Autoridades.

Em novembro de 2023, o Brasil, no exercício da Presidência Pro Tempore do bloco, realizou a 42ª RAADH. Durante o evento, que teve como mote principal o combate ao discurso de ódio, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho criado para tratar do tema no continente. A ação é resultado de acordo assinado pelos países em abril de 2023, durante a 41ª RAADH, na Argentina, que condena todas as formas de opressão a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade e historicamente discriminados.

Um marco importante da 42ª RAADH em Brasília (DF) foi a aprovação da "Declaração de Princípios de Direitos Humanos no âmbito da Inteligência Artificial no Mercosul". O documento tem por princípio nortear o desenvolvimento responsável da inteligência artificial, a garantia da igualdade e da não discriminação racial no uso da tecnologia.

Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), órgãos de monitoramento da Organização dos Estados Americanos (OEA) que conta com vários instrumentos normativos de proteção de direitos humanos, aplicados pela Convenção Americana de Direitos Humanos – também conhecida como o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário.

A Corte IDH é um órgão judicial autônomo, responsável pelas decisões a respeito da CIDH, em casos de extrema gravidade e urgência para evitar danos irreparáveis às pessoas. O Brasil ratificou a Convenção Americana em 1992 e reconheceu a competência da Corte em 1998, o que obriga o país a cumprir as medidas determinadas.

Memória da ancestralidade: políticas de Estado para valorizar o povo negro, enfrentar o racismo e reescrever o abolicionismo

Ilustração: Daniel Neves Pereira/MDHC

A preservação e a reafirmação da memória do povo negro escravizado estão em foco no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania desde que a intolerância e o ódio deixaram o comando do país. Expor como, de fato, ocorreu o movimento abolicionista no Brasil e como a população negra lutou para se inserir em uma sociedade racista e desigual ao longo dos últimos 135 anos é uma das prioridades da atual gestão. Em 2023, diferentes unidades do Ministério estiveram mobilizadas para valorizar a história dos africanos escravizados, exaltar nomes que atuaram pela libertação do povo negro e defender a igualdade e diversidade de crença, ações que seguirão firmes nos próximos anos por meio de, entre outras ações, o Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos.

A revista *Direitos Humanos pra Quem?* ilustra alguns dos principais acontecimentos de duas importantes coordenações-gerais na estrutura do MDHC.

Os verdadeiros protagonistas do movimento abolicionista

Nos últimos anos, ressignificação do 13 de maio tem sido discutida entre a comunidade negra; história precisa ser recontada para enaltecer as vozes que bradaram contra a escravidão, como a do jornalista, escritor, poeta e líder abolicionista, Luiz Gama, responsável pela libertação de 500 escravos

Texto: Rafael Daher

Diferentemente do que se construiu no senso comum da população brasileira, a escravização da população negra trazida para o Brasil não teve fim com a 'Lei Áurea'. Mais de 90% das pessoas escravizadas no Brasil já se encontravam em liberdade no dia 13 de maio de 1888 por intermédio das fugas e alforrias. O dado foi relevado na publicação Uma História do Negro no Brasil do Centro de Estudos Afro-Orientais da Fundação Palmares.

O estudo constata que a Lei Áurea não foi um benefício concedido pelo Estado brasileiro, mas uma resposta ao movimento abolicionista que pressionou as autoridades da época. Luiz Gama é um dos mais emblemáticos nomes da luta pela libertação das pessoas escravizadas. Nascido em 1830, na Bahia, o líder do movimento abolicionista era filho de um português com Luiza Mahin, mulher negra que participou de várias rebeliões. Mesmo sendo um homem livre, Luiz Gama foi vendido pelo pai para pagar uma dívida de jogo. Fugiu aos 18 anos e passou a ouvir aulas de direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Dali em diante, passou a atuar na defesa de negros escravizados.

Luiz Gama dá nome ao prêmio de direitos humanos que será concedido a pessoas físicas ou jurídicas que tenham notório trabalho na promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil. A homenagem, lançada oficialmente em dezembro pelo Ministério, terá a sua primeira edição em 2024. O decreto que institui o prêmio, assinado pelo presidente Lula e pelo ministro Silvio Almeida, também revoga a chamada Ordem do Mérito Princesa Isabel, instituída na gestão anterior, devolvendo protagonismo da luta antirracista a uma pessoa negra.

Uma nova visão sobre a história centenária da luta antirracista

A história é escrita pelos opressores e não pelos vencedores. Por isso, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem como um dos pilares da Pasta a Coordenação de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico.

A responsável pelo setor, que se compromete a enfrentar os ecos da escravidão, Fernanda Thomáz, afirma que a luta contra o racismo exige da sociedade o reconhecimento das dores do passado diante de um sistema que oprime, exclui e mata corpos pelas próprias condições étnicas. “O Brasil é um país onde o apagamento da história foi mais um instrumento de domínio e de violência pelo mando opressor sobre as pessoas negras”, aponta.

Na estrutura do ministério, o setor integra a Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, liderada por Nilmário Miranda.

Fernanda Thomaz argumenta que o 13 de maio é uma data que simboliza a luta dos escravizados e abolicionistas pelo fim da escravidão, por isso precisa ser reivindicado, sem esquecer que esse marco oficial não tratou de reorganizar a sociedade para incluir as pessoas que foram roubadas de suas terras e sua nação. “Estou falando de um país que não só negou o direito à memória da luta dos nossos ancestrais como também não concedeu direitos básicos e inclusão socioeconômico e cultural ou tampouco reparou pelos danos causados às pessoas negras. É nesse país que, para superar as violências do passado, precisaremos recontar essas histórias e preparar um futuro mais digno tão sonhado pelos nossos ancestrais: o da libertação humanitária”, vislumbra a coordenadora-geral.

“É urgente que o Brasil olhe para si como um país construído a partir de estruturas socioeconômicas e políticas que reproduzem desigualdades sociais.”

Fernanda Thomáz, coordenadora-geral de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico do MDHC.

Foto: Marcelo Wance

A resistência contra a intolerância e séculos de perseguição

A luta para garantir a Liberdade Religiosa, sem discriminação e violência contra os diversos cultos e crenças, ganhou uma estrutura própria do governo federal

Texto: Nathalia Caeiro

Para muitos africanos escravizados, a religião serviu como baluarte de resistência e afirmação cultural. Mas, assim como a própria existência do povo negro livre, o culto religioso foi contestado e atentado pela sociedade brasileira ao longo dos últimos séculos. Por isso, em uma ação inédita do Poder Executivo, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criou a Coordenação-Geral de Promoção da Liberdade Religiosa (CGLIB). Subordinado à Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, o setor é responsável pelo enfrentamento a toda e qualquer forma de intolerância religiosa e pela defesa e garantia da laicidade estatal brasileira.

À frente da coordenação desde maio de 2023, Irenilda Aparecida, conhecida por Iyá Gilda d'Oxum, é referência na luta e defesa da diversidade. Aos 60 anos, a coordenadora-geral carrega a experiência adquirida no combate à intolerância religiosa e reverencia o ativismo dos que de algum modo discutiram e participaram da construção de uma sociedade livre e justa. "Se hoje estou aqui, com minhas vestes, meus fios de contas, defendendo o que acredito, é graças aos que lutaram para que chegássemos aqui", reconhece a gestora.

Para Iyá Gilda, a informação é o principal modo para construir uma sociedade que valoriza e protege a liberdade religiosa, além de promover a diversidade cultural e o respeito à espiritualidade. "O maior desafio que temos enfrentado é disseminar informações sobre a diversidade religiosa. Nosso país é plural, mas infelizmente nem todos compreendem diferentes crenças e valores", reconhece.

Dentre os projetos da coordenação-geral está a realização de encontros para reunir lideranças religiosas, movimentos sociais e agentes públicos com o objetivo de discutir liberdade religiosa, laicidade estatal e racismo religioso. Este ano, a CGLIB atuou na articulação de importantes agendas nacionais e internacionais de diálogo e fomento a políticas públicas que promovam as diversidades religiosa e racial.

Três encontros, em diferentes cidades do Brasil, foram promovidos pelo MDHC para estimular o debate e as trocas, de diversas lideranças e integrantes da sociedade, sobre a liberdade e diversidade de crença. Os eventos do chamado "Diálogo Inter-Religioso" reuniram em Osasco (SP), Brasília (DF) e Salvador (BA) dezenas de representantes de diversas religiões, entre

Ilustração: Daniel Neves Pereira/MDHC

elas o candomblé, a umbanda, integrantes do protestantismo, catolicismo e kardecismo, o movimento Hare Krishna, a comunidade Bahá'í, além de pessoas do islamismo, judaísmo e entidades ecumênicas.

Segundo Gilda d'Oxum, durante os debates foram apresentadas propostas de combate à intolerância religiosa e ao racismo. "Quando falamos de liberdade religiosa significa dizer que nós temos o direito de crer, de ter fé e também de não ter, e eu tenho que respeitar. O intuito desse nosso diálogo é de nós, como governo federal, ouvirmos a sociedade civil e a todos e buscar contribuições para incentivar a liberdade religiosa", afirmou em um dos eventos.

Em dezembro, foi recriado o Comitê Nacional de Respeito à Liberdade Religiosa. Em parceria com a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e a Defensoria Pública da União, também será realizada a segunda edição da pesquisa Respeite Meu Terreiro, que buscará identificar as situações intolerância religiosa contra templos e comunidades de terreiro transcorridas ao longo do ano de 2023 em todo o território nacional.

Também será celebrada parceria com universidade federal para produção de conteúdo e realização de ações educativas para promover a liberdade religiosa, o respeito à diversidade, o combate à discriminação religiosa, o fortalecimento da laicidade estatal e o enfrentamento ao discurso de ódio. ▪

Foto: Gobah Marques/MDHC

Resistências negras

O coreógrafo, mestre em artes cênicas, especialista em Estudos Afro-brasileiros e Africanos e doutorando em dança pela Universidade Federal da Bahia, Evandro Passos, acredita que o sentido da abolição era acabar definitivamente com o trabalho escravo no Brasil.

"O movimento abolicionista que surgiu no século 18 teve a participação de diversos grupos da sociedade brasileira e vários nomes importantes como Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio, dentre outros e outras, que contribuíram para a culminância da Lei Áurea", contextualiza Passos.

Para ele, é vital que se ressalte a resistência dos povos escravizados desde quando aportaram no país. "As lutas se fizeram presentes, as fugas para os quilombos, o envenenamento de senhores escravagistas, as lutas armadas eram constantes. Então, esse movimento de resistências negras também deu voz para a libertação", defende o acadêmico.

Na mesma linha de pensamento, a mestranda em história pela Universidade de Juiz de Fora Denise Nascimento aponta que o fim da escravidão foi inevitável pelos meios oficiais justamente pela organização e ação de diversos movimentos negros. "À época, as elites sociais quiseram transformar a abolição em uma dádiva. Hoje, ainda existem grupos que insistem em retirar da população negra o seu lugar primordial na construção de uma sociedade livre, sem racismo e verdadeiramente democrática", frisa Nascimento. "O 13 de maio nos leva a reafirmar aos governos sobre a necessidade de políticas de reparação para a população negra", acrescenta a historiadora.

Medidas de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo

Por Camilo Onoda Caldas
Advogado, pós-doutor em democracia e direitos humanos pela Universidade de Coimbra e relator do Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A proliferação do discurso de ódio tem se intensificado nos últimos anos e resultado em mortes, violência, graves hostilidades e riscos para a democracia. Nesse contexto, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem se empenhado desde o início do ano de 2023 a promover medidas de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo, o que resultou na criação de Grupo de Trabalho (GT) com esta temática formado por membros da sociedade civil e de diversas instituições do governo federal, cuja presidência foi atribuída a Manuela d'Avila, e a relatoria a mim.

O GT produziu um relatório de autoria coletiva no qual se define que: "O discurso de ódio envolve a progressão, intensificação ou sobreposição de violações que partem de uma estratégia de poder pela agressividade, hostilidade, opressão, intolerância e abjeção de pessoas ou comunidades e evoluem, no conteúdo e na forma, para um polo de extremismo discursivo caracterizado pela desumanização do seu objeto e coletivização de seu destinatário". Tal conceito alinha-se com a definição apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tem intensificado ações de enfrentamento ao discurso de ódio nos últimos anos.

Conforme apontado pelo relatório, há no Brasil grupos que têm sido vítimas sistemáticas do discurso de ódio, dentre os quais se destacam: mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+, estrangeiros (sobretudo da América Latina, África e Ásia), nacionais das regiões Norte e Nordeste, pessoas pobres, idosas e com deficiência. Além disso, são alvos recorrentes membros de agremiações religiosas, sobretudo as de matriz africana, e profissionais que atuam na área de jornalismo, educação e pesquisa científica. O relatório aponta ainda que a lógica do ódio tem relação com os recentes atentados ocorridos em escolas, a violência política, as ações antidemocráticas e a ascensão do neonazismo.

No documento, as diversas medidas de enfrentamento propostas foram agrupadas em subtemas que envolvem: educação e cultura em direitos humanos; internet segura, educação midiática e comunicação popular e comunitária; proteção e reparação às vítimas; dados e pesquisas para subsidiar as ações e as políticas públicas; boas práticas para jornalistas e comunicadores. A partir desse conjunto, o Ministério distribuiu às suas respectivas secretarias atribuições com o objetivo de concretizar as medidas presentes no relatório.

É importante destacar que é insuficiente e contraproducente limitar o enfrentamento ao discurso de ódio à mera repressão de indivíduos que o promovem. Uma estratégia eficaz deve combinar um conjunto amplo de medidas interministeriais articuladas com diversos setores da sociedade civil, inclusive as grandes empresas transnacionais de tecnologia que controlam redes sociais e outros espaços análogos na internet, uma vez que o discurso de ódio tem se organizado e se espraiado nesses ambientes. Essas são algumas razões que evidenciam ser inevitável um tempo de maturação para as medidas propostas.

Apesar de todos os desafios e etapas necessárias para desenvolver as medidas apresentadas no relatório do GT, algumas já estão ocorrendo ou próximas de se concretizar. No campo da comunicação e educação, destacamos as seguintes: divulgação dos principais pontos do relatório acima referido, com as recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo; promoção de campanha nacional de comunicação com o mote "Ódio ou Opinião", com o objetivo de diferenciar episódios de discurso de ódio do exercício lícito do direito de opinião; criação de um "Pacto Nacional de Enfrentamento ao Discurso de Ódio" com a participação de instituições públicas e privadas relevantes; criação de materiais específicos de educação em direitos humanos sobre discurso de ódio; realização de eventos internacionais no Brasil e no exterior abordando essa temática.

Políticas públicas podem contribuir para um ambiente de paz, tolerância e convivência harmônica na sociedade e é nesse sentido que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania encontra-se atuando no momento, sempre aberto às contribuições que podem vir de agentes públicos e privados.▪

Foto: Clarice Castro/MDHC

Acesse a íntegra do relatório

Educação, Cultura e Direitos Humanos: ingredientes de uma mesma receita

Em entrevista, Letícia Cesarino aborda as prioridades da pauta da educação e cultura em direitos humanos e defende foco em letramento digital como ferramenta indispensável para combater intolerância e violência entre jovens

Texto: Ana Fabre

Ao assumir a chefia da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, em abril de 2023, a antropóloga Letícia Cesarino tinha uma missão primordial – e desafiadora: implementar um Plano Nacional de Cidadania Digital para engajar e envolver os jovens contra radicalizações promovidas pela intolerância, pelo preconceito e pela violência social.

Ao longo de quase um ano de trabalho, a professora já consegue apontar caminhos para que o objetivo seja alcançado. Para a assessora, medidas como educação midiática e letramento digital são urgentes no combate ao discurso de ódio e aos consequentes episódios de violência nas escolas.

Confira a íntegra da entrevista de Letícia Cesarino à revista *Direitos Humanos pra Quem* sobre os principais desafios encontrados no que diz respeito à temática e sobre as ações em andamento para a promoção da cidadania digital, proteção de educadores enquanto agentes de direitos humanos e no enfrentamento ao extremismo nos ambientes digitais.

Ilustração: Luis Felipe Oliveira/MDHC

Após um período crítico na pauta de direitos humanos no Brasil, qual foi o cenário encontrado ao assumir a Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos?

Tivemos que partir para a reconstrução, em todos os níveis: orçamentário, administrativo, temático, político. O orçamento para educação em direitos humanos, por exemplo, foi recomposto em cinco vezes o valor gasto durante os quatro anos da gestão passada. A área passou de uma Coordenação a uma Assessoria ligada ao Gabinete, evidenciando a prioridade dada pelo ministro para a pauta da educação e cultura em direitos humanos.

Diminuir a violência nas escolas está entre as prioridades do Plano de Cidadania Digital. Em que pé está essa questão?

Diante da emergência do surto de ataques, especialmente nos primeiros meses do ano, essa pauta foi objeto de uma grande força-tarefa liderada pelo Ministério da Educação e com o apoio de outros ministérios, incluindo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A nossa área pretende contribuir com ações para melhorar o clima de desconfiança e violência nas escolas de modo mais geral. Os ataques fazem parte de uma deterioração mais ampla que inclui, por exemplo, perseguição e censura sistemática a professores, coordenadores pedagógicos e outros trabalhadores da educação por parte de atores que, infelizmente, fizeram disso um nicho de empreendedorismo político.

Quais ações estão previstas no Plano de Cidadania Digital para impedir que o discurso de ódio avance da esfera digital para os meios físicos, como a escola?

Essa é uma característica dos meios digitais e seus efeitos sistêmicos, que têm uma incidência "holística" e nos forçam, inclusive, a repensar os desenhos de política pública e diretrizes para abordar os problemas sociais gerados pela tecnologia.

Uma primeira medida, já tomada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, foi o Grupo de Trabalho para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo, cujos trabalhos foram concluídos em julho e a partir do qual estamos implementando algumas ações iniciais como um curso específico sobre o tema no nosso catálogo do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Como o avanço da extrema direita tem contribuído para a radicalização da juventude e a construção de uma sociedade intolerante?

A extrema direita é uma força inerentemente intolerante, pois trabalha com visões não universalistas de reconhecimento de direitos, como "direitos humanos só para humanos direitos". Isso tem apelo para o senso comum, para quem os princípios de igualdade não são necessariamente intuitivos. A extrema direita se aproveita de jovens, principalmente os homens, vulnerabilizados pela precariedade econômica, por dificuldades no mercado de trabalho, por mudanças culturais na relação entre gêneros, em seus diferentes segmentos – do cristão ao armamentista, do anarcocapitalista ao "red pill" –, oferecendo respostas simplistas – tudo é culpa da esquerda, do feminismo – a problemas que são, na realidade, muito mais complexos.

O sistema educacional pode ser um espaço para estimular o pensamento crítico dos estudantes e evitar esse avanço?

Uma das vias que estamos trabalhando é a questão da educação midiática, por vezes chamada de "educomunicação" ou letramento digital. Hoje, o pensamento crítico – ou ao menos, sua aparência – corre em larga medida por fora do ambiente das escolas, principalmente, por vias digitais. Existe um nicho de mercado na economia da atenção voltada para canais e perfis críticos, que alegam trazer o que a imprensa, a escola, o "sistema" não mostra. Então,

eu considero que uma forma crucial de pensamento crítico hoje diz respeito à própria tecnologia – às plataformas, aos algoritmos e à lógica da economia da atenção – que traz um outro tipo de naturalização que pode e deve ser enfrentada também pela escola, com a curricularização de conteúdos que ajudem os estudantes, professores e famílias a olharem de forma mais crítica para o próprio mundo digital.

Que práticas de integração entre comunidade e escola podem ser mencionadas como bons exemplos de aplicação da educação em direitos humanos?

A meu ver, um ponto crítico é a gestão democrática nas escolas. Com a internet, é muito fácil para certos agentes jogar estudantes e pais contra professores e fomentar divisões e desconfiança entre os diferentes grupos dentro da comunidade escolar e no território. Uma forma de restabelecer a confiança mútua, a resolução de conflitos, o diálogo para um ambiente de paz dentro da escola e no seu entorno é avaliarmos o que tem falhado na gestão democrática, e como melhorá-la diante dos novos desafios.

Quais os desafios para os próximos três anos de gestão?

Muitos. Este primeiro ano foi principalmente de "arrumação" e diagnóstico, restabelecimento de novas e antigas parcerias dentro e fora do poder público. Daqui pra frente, esperamos ver a continuidade dos resultados das ações que já vêm sendo implementadas, mas principalmente das novas frentes de atuação desta Assessoria, como a cidadania digital, a proteção a professores e educadores como agentes de direitos humanos nos territórios e o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo. ▪

Conselhos Tutelares: participação recorde

Processo de escolha dos conselheiros tutelares teve alta adesão da sociedade e importante cooperação com o TSE e outras instituições; campanha digital favoreceu disseminação da mensagem

Texto: Nádia Laís

Após intensa mobilização do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para que a sociedade participasse do processo de escolha de conselheiros tutelares, as eleições gerais, ocorridas em 1º de outubro, tiveram um número recorde no ano de 2023. Mais de 2 milhões de cidadãos foram às urnas para participar do pleito, um aumento de mais de 25% em relação às eleições de 2019.

Considerando que o voto nessas eleições não é obrigatório, essa evolução foi significativa, conforme explica o secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Cláudio Augusto Vieira.

"Tivemos um processo exitoso na maioria dos municípios brasileiros. Foi a terceira vez que o processo ocorreu de forma unificada a nível nacional e, em termos de contagem de votos, o município que obteve o menor crescimento em relação à última eleição registrou alta de 10%, o que é favorável, lembrando que o voto é facultativo", exemplifica.

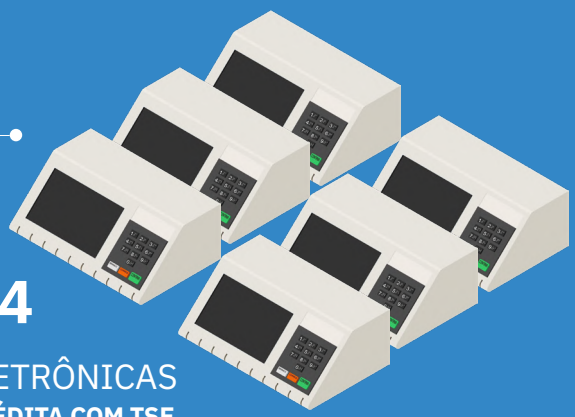
Algumas localidades do país forneceram transporte gratuito para as pessoas participarem das eleições de escolha dos Conselhos Tutelares, o que também impactou na maior adesão dos eleitores.

Parceria inédita

O MDHC, em parceria inédita com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), recebeu apoio ao processo de escolha por meio de diversas ações. A partir da cooperação com a Justiça Eleitoral, foram disponibilizadas urnas eletrônicas, treinamento de mesários e prestação de suporte técnico ao voto informatizado.

No dia do pleito, uma central de monitoramento foi realizada na sede do MDHC para acompanhamento das eleições e contou com a participação de representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do próprio TSE.

Mais de 56 mil urnas eletrônicas foram utilizadas em todo o país, o maior número da história das eleições para Conselhos Tutelares.



56.634

URNAS ELETRÔNICAS

PARCERIA INÉDITA COM TSE

Você sabia?

O MDHC teve forte atuação nas eleições para os Conselhos Tutelares por meio de uma campanha digital promovida pela sua Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom) em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Essa mobilização – que incentivou a participação popular e explicou, de forma didática, a função dos conselheiros tutelares – foi importante para o relevante aumento da participação social no processo de escolha.

Em conjunto com o Conanda, o MDHC contou com o apoio do Ministério Público, das secretarias estaduais e municipais de Direitos Humanos e dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todo esse engajamento fortalece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), formado pela integração e articulação de vários agentes sociais – tanto governamentais como da sociedade civil.

Dentre os atores que fazem parte do SGDCA estão defensores públicos, juízes, promotores, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham nas políticas públicas de educação, saúde e assistência social, policiais, profissionais, voluntários de entidades de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, além dos próprios conselheiros tutelares, dentre outros.

E agora?

Pelos próximos quatro anos, os conselheiros tutelares serão responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil. Antes de serem empossados, no dia 10 de janeiro de 2024, os futuros agentes públicos passarão por capacitação, a ser realizada pelos municípios com apoio do MDHC.

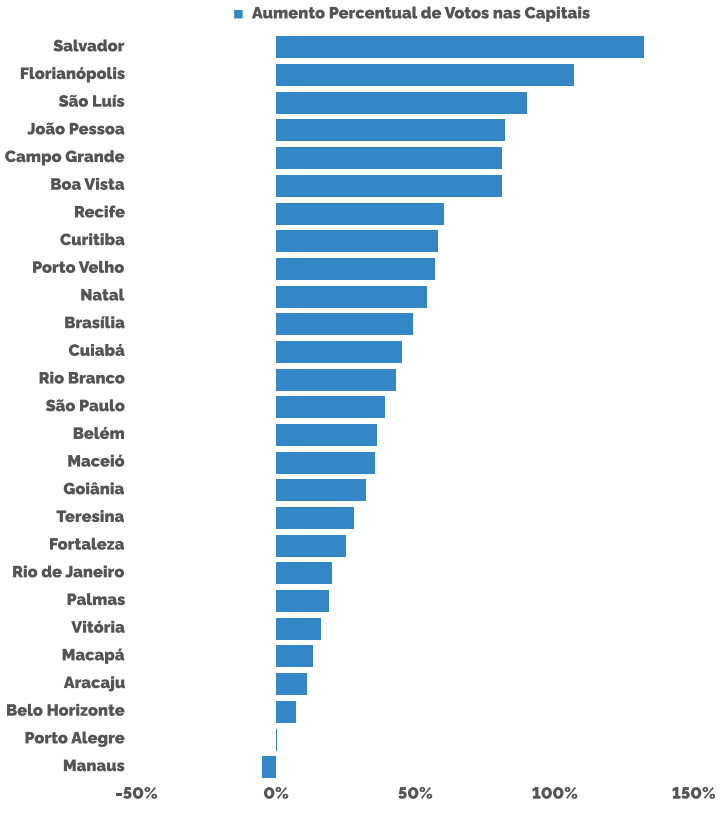
O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania está articulando aporte de recursos e convênios para restabelecer as Escolas de Conselhos em parceria com universidades para formação continuada dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e outros atores do SGDCA.

Além disso, o MDHC está trabalhando na atualização do programa do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia-CT) com foco na utilização e produção de dados sobre a atuação dos Conselhos Tutelares e em pesquisa, considerando o perfil dos conselheiros tutelares, aspectos de infraestrutura, equipe de apoio, remuneração, dentre outros.

Dados por Capital 2019 > 2023

Aumento de 34%
DOS VOTOS NAS CAPITAIS
MAIS DE 471.777 VOTOS

1,7 milhão de votos



Dados por município - 2023

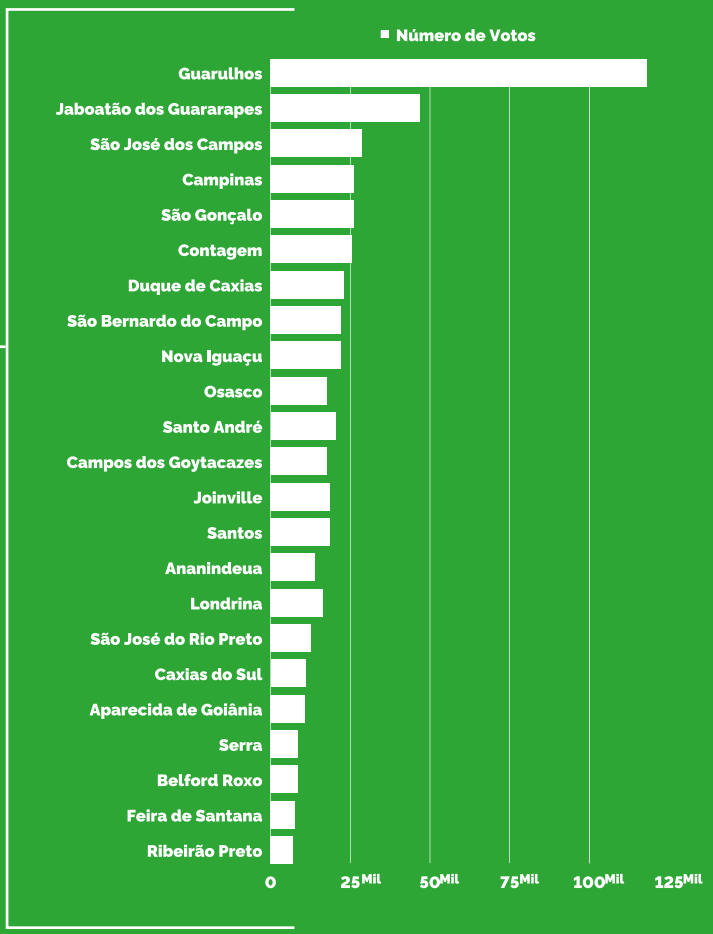
Cerca de 2,3 milhões

DE PESSOAS FORAM AS URNAS

INCLUINDO CAPITAIS E GRANDES CIDADES

21 CIDADES

COM TRANSPORTE GRATUITO



É hora de avançar: o Novo Viver sem Limite e a conquista da cidadania plena no Brasil

Por Anna Paula Feminella
Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, graduada em Educação Física pela UFSC e em Gestão Pública pela Enap. Foi assessora da Secretaria-Executiva da Presidência da República entre 2013 e 2016, tendo sido uma das coordenadoras do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Presidência da República.

Em geral, o meio rural e as cidades brasileiras ainda são espaços hostis à presença das pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida devido às múltiplas barreiras encontradas, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, nos meios de transporte, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e outras. Essa parcela importante da população precisa ser reconhecida como sujeito de direitos e integrante legítima das comunidades em que vive e para as quais contribui.

É preciso que a deficiência deixe de ser um tabu para a população brasileira e passe a ser percebida como tema de interesse público coletivo, cuja abordagem por intermédio de políticas públicas consistentes colabora decisivamente para uma vivência social emancipatória, democrática, diversa e plural.

O Brasil só se realizará enquanto nação se for com a nossa plena inclusão cidadã. A nossa ação é urgente. Dados recentes da PNAD Contínua de 2022 sobre pessoas com deficiência indicam que o índice de analfabetismo entre pessoas com deficiência é cinco vezes maior do que entre pessoas sem deficiência, e os estudantes com deficiência são menos de 1% dos estudantes ingressantes nas universidades brasileiras.

Mesmo com a Lei de Cotas, apenas 26% das pessoas com deficiência estão no mercado de trabalho, com ocupações marcadas pela informalidade e recebendo em média 1/3 a menos para as mesmas atividades desempenhadas. Outros tantos dados são a comprovação de uma realidade perceptível facilmente: trata-se de uma violação sistemática de direitos. Todos os indicadores das pessoas com deficiência são mais precários quando comparados com seus pares sem deficiência.

Portanto, os marcos legais conquistados pela luta dessas pessoas precisam não somente se efetivar como também avançar. E, para avançar, precisamos parar de conceber deficiência como uma tragédia pessoal ou familiar – de modo que passemos a entender que o maior problema de quem tem deficiência é o contexto social em que vive, o preconceito capacitista e a falta de acessibilidade.

O Brasil já avançou antes. Avançou com a Constituição de 1988, que pela primeira vez incorporou as pessoas com deficiência como detentores de direitos de cidadania. Avançou em 2000, com a aprovação das Leis de Acessibilidade e do Atendimento Prioritário. Avançou, nas últimas duas décadas, em diversas

outras oportunidades, a exemplo da promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o **Plano Viver sem Limite 1**.

Agora, é hora de avançarmos ainda mais: é hora de planejar e implementar políticas públicas contemplando toda a diversidade humana, inclusive as pessoas com deficiência. E formar coalizões intersetoriais e entre todos os entes federativos e das vibrantes organizações da sociedade civil. É o momento de integrarmos nossas motivações e aspirações, além de recursos humanos, financeiros, tecnológicos, políticos e simbólicos para gerar oportunidades de desenvolvimento regional de forma sustentável e inclusiva para as pessoas com deficiência e suas famílias e comunidades. É hora de rompermos de vez com o ciclo vicioso da violência e exclusão.

Para isso, o governo brasileiro irá dedicar parcela significativa de seu orçamento para viabilizar inciativas nas diversas áreas de políticas públicas. Lançado em novembro, o Novo Viver sem Limite tem o objetivo de promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias. Ele foi concebido a partir da transversalidade e intersetorialidade entre os mais diversos órgãos do Poder Executivo, envolvendo 27 ministérios integrados na elaboração do plano

A participação social durante a construção do programa foi ampla: **foram realizados diálogos presenciais em 12 capitais das 5 regiões brasileiras com aproximadamente 700 contribuições para o plano**. Se as barreiras sociais impedem o exercício da plena cidadania, é a partir de todos esses esforços conjuntos que construiremos um futuro acessível a todos.

Após 12 anos do primeiro Viver sem Limite, empreendemos todos os esforços para que políticas para pessoas com deficiência sejam políticas de Estado. Assumimos, enquanto agentes públicos, a missão de avançar e o compromisso ético-político e civilizatório por uma vida plena e digna que promova desenvolvimento social e territorial a todas as pessoas.▪

Foto: Clarice Castro/MDHC

LGBTQIA+

Todas as cores

Estrutura celebrada no organograma do Ministério, Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ joga luz em discussões que ficaram escanteadas nos últimos anos, demonstra força para chegar em todos os cantos do país e dá início à execução de políticas públicas necessárias e permanentes para promover os direitos dessa parcela importante da população

Texto: Juliana Camelo

A Secretaria Nacional dos Diretos das Pessoas LGBTQIA+ já nasceu inédita: abordar as pautas e necessidades imediatas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais, diretamente de um setor localizado no segundo escalão do governo federal. Mas os desafios vão além. Neste primeiro ano de atuação, o setor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania entregou resultados, provocou reflexões e segue inovando para garantir acessos e uma sociedade justa e livre de preconceitos.

> ***“Temos orgulho de estar aqui para vencer uma narrativa de ódio que diz que nós somos a vergonha, a imoralidade. Nós não somos imorais, não somos a vergonha. Nós temos muito orgulho de existir como existimos e amar como amamos”***
>
> Symmy Larrat durante a 22ª Feira Cultural da Diversidade LGBT+ em São Paulo (SP).

Titular da área, a secretária Symmy Larrat destaca que, ao ser nomeada, sabia o desafio que seria organizar uma agenda que foi tão perseguida nos últimos anos. Porém, logo nos primeiros meses de trabalho diário ficou evidenciada a urgência de se criar e executar efetivamente políticas públicas para a população LGBTQIA+: “Construir não só uma pauta em si, mas toda a estrutura de uma secretaria foi de longe o maior desafio. Ver como toda essa estrutura pode impactar na vida de milhares de pessoas foi e sempre será o meu maior incentivo. Essa população precisa ser vista e temos pressa”, reflete.

> ***“A visibilidade salva. A invisibilidade mata”***
>
> Symmy Larrat em seu perfil de apresentação.

Em um cenário repleto de violência e subnotificações em relação a qualquer dado relacionado ao tema, a secretaria nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ leva à luz tudo que ficou escondido nos últimos anos. Como maneira de expor a ferida para depois tratá-la, a secretária provocou reflexões urgentes. Com ações pontuais, estratégicas e de grande impacto, a equipe do MDHC trabalhou essencialmente para divulgar dados, explicar situações e, assim, conseguir atingir o máximo do seu público-alvo.

Foto: Clarice Castro/MDHC

Foto: Clarice Castro/MDHC

Como um dos gargalos era a invisibilidade da população, que, quando aparecia nas manchetes e “trends” das redes sociais os enfoques eram episódios de violência e polêmicas moralistas contra esse público, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania promoveu eventos e reuniu personalidades em torno da causa. Pela primeira vez, uma cerimônia de celebração do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ ocorreu no Palácio do Planalto, símbolo mais alto do Poder Executivo no país.

Foto: Gobah Marques/MDHC

“O MDHC vai bater em toda as portas e ampliar o apoio para chegar também lá nas periferias, lá no interior. Então, contem conosco para juntos sermos ousados e unir as forças necessárias para reconstruir o país e a nossa democracia. Uma democracia que tenha todas as cores!”

Symmy Larrat durante a 27ª Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo.

Um leque de ações

Iniciativas pontuais e assertivas fizeram da pauta dos direitos das pessoas LGBTQIA+ um importante pilar da gestão do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Essencialmente excluída e silenciada, pela primeira vez, a dita "minoria" se viu representada e com voz. Demandas relacionadas à educação, justiça, saúde, capacitação profissional, direitos sexuais e direitos civis foram prioridade para o Ministério e diversos parceiros. Uma série de ações mostra o quanto políticas públicas inéditas podem ser transformadoras dentro de um governo.

Foto: Stéff Magalhães/MDHC

> ***"Quando eles decidem por nós, dizem que a nossa pauta é o banheiro, o nome. E não é isso. Portanto, não adianta a gente ter uma Secretaria Nacional se a gente não tem uma tática e uma estratégia para conseguir implementar nossas políticas públicas. Porque a gente vai avançar, mas sempre menos do que a gente quer, menos do que a gente pode ir, menos do que a gente consegue, por conta da ocupação do ódio. Por isso, precisamos resistir, sermos criativos e insistentes em relação às nossas demandas"***
>
> Symmy Larrat durante o 20º Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional.

Com a palavra, a secretária Symmy Larrat:

"Neste primeiro ano à frente da Secretaria, grande parte do trabalho foi para retomar o espaço que tinha sido apagado da política.
Só essa organização demandou muito tempo, mas conseguimos reconstituir a participação social, conseguimos ter um planejamento de execução das políticas e nós vamos ter, pela primeira vez na história da política pública, um Plano Plurianual (PPA) específico para LGBTQIA+ com ações com três metas da maior importância: enfrentamento à violência contra população LGBTQIA+; trabalho digno para geração de renda; e institucionalização da política. Queremos elaborar uma política pública consistente para apresentar na nossa primeira Conferência Nacional, convocada para 2025. Isso, sim, é transformação!"

Entregas, parcerias e avanços

Instalação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. O órgão colegiado é composto por 38 pessoas de forma paritária entre o governo federal e representantes de Organizações da Sociedade Civil. Tem o objetivo de contribuir, de forma consultiva e deliberativa, com a formulação de ações, diretrizes e medidas governamentais referentes às pessoas LGBTQIA+.

Colaboração na configuração do *Novo Registro Geral (RG)*. Desde maio de 2023, a nova carteira de identidade passou a ser emitida com duas mudanças: o documento não terá campo “sexo” nem distinção entre “nome” e “nome social”.

Lançamento do curso *“Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”*, parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com a Escola Nacional de Administração Pública, por meio da Escola Virtual de Governo (EV.G). A formação tem o objetivo de fortalecer a cultura de direitos humanos a partir do reconhecimento, valorização e respeito à diversidade.

Assinatura da Parceria Global para Eliminar Todas as Formas de Estigma e Discriminação Relacionados ao HIV/AIDS. O Brasil se juntou aos 34 países que assinaram o documento que adere à campanha mundial para garantir que todas as pessoas tenham seus direitos garantidos.

Instituição do Grupo de Trabalho Ministerial de Memória e Verdade das Pessoas LGBTQIA+. Publicada no Diário Oficial da União, a iniciativa é um espaço de investigação e busca por justiça relacionadas a crimes cometidos contra a população LGBTQIA+.

Instituição da Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+ cujo objetivo é decidir sobre os aspectos operacionais e de articulação a respeito das políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+, estabelecendo a organização das redes de ações e serviços em direitos humanos. A iniciativa também definirá diretrizes para o enfrentamento à violência.

Lançamento da Cartilha da Defensoria Pública da União, um documento didático e de fácil entendimento sobre os direitos das pessoas LGBTQIA+.

Anúncio do *Grupo de Trabalho para atualização do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)*.

Revisão do Plano de Trabalho Decente e construção do Programa de Empregabilidade, Educação e Renda, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho.

I Encontro Nacional de Centros de Referência. O evento reuniu, em Fortaleza (CE), cerca de 30 órgãos de garantias de direitos de todo país para repensar fluxos e propor desenho único para os serviços em todo o país.

Programa de *Casas de Acolhimento*. Lançado em dezembro, o programa conta com o apoio emergencial a casas de acolhimento em todo país e prevê a institucionalização da política.

Ilustração: Daniel Neves Pereira/MDHC

Velhices plurais

Marco dos 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa é oportunidade para desmistificar preconceitos e estigmas e celebrar a pluralidade e diversidade das pessoas com 60 anos ou mais

Texto: Ariel Morais

Há duas décadas, as brasileiras e os brasileiros nascidos na transição entre os séculos 20 e 21 tinham a expectativa de viver aproximadamente até os 70 anos. No início dos anos 2000, ainda era comum a visão de que a "terceira idade" se tratava de um período da vida em que as pessoas estavam aposentadas e simplesmente viveriam, dali para a frente, de forma passiva, sem novas perspectivas.

Sancionado em 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa trouxe uma série de avanços na garantia de direitos à população dessa faixa etária. Vinte anos depois, com a expectativa de vida na faixa dos 77 anos, a velhice passa a ser compreendida pela sociedade – ainda que não na sua integralidade – como uma rede complexa de experiências, personalidades e histórias acumuladas com o tempo, cujas definições não cabem mais em "caixinhas".

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem trabalhado para reconhecer, respeitar e valorizar as diversas vozes plurais que compõem a sociedade brasileira. E com as pessoas idosas não é diferente. Afinal, múltiplas e diversas são as experiências, personalidades e histórias acumuladas em cada ser com o passar do tempo.

No ano em que o Estatuto da Pessoa Idosa completou 20 anos, o secretário nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva, enriquece o debate e destaca a importância do diálogo sobre assuntos diversos como sexualidade, esporte, longevidade e cultura na perspectiva da garantia de direitos – temáticas que em geral não são lembradas quando se fala dessa faixa etária.

Segundo ele, é necessário que a sociedade amplie o olhar para a infinita gama de oportunidades para a pessoa idosa e estimule nelas a vontade de seguir uma vida saudável e culturalmente viva depois de, em muitos dos casos, tantos anos de dedicação exclusiva ao trabalho e instituições como a família.

"A questão do cuidado, de você explorar novas áreas da vida, está muito correlacionada com o direito a envelhecer com dignidade, com protagonismo, com independência,

com propósito de vida, naquilo que faz mais sentido para as pessoas idosas em sua diversidade", defende Alexandre da Silva.

O secretário aponta que iniciativas lançadas pelo Ministério em 2023, como os programas "Viva Mais Cidadania" e "Envelhecer nos Territórios", reforçam a questão do protagonismo e o exercício da cidadania das pessoas idosas, em defesa das velhices plurais e diversas.

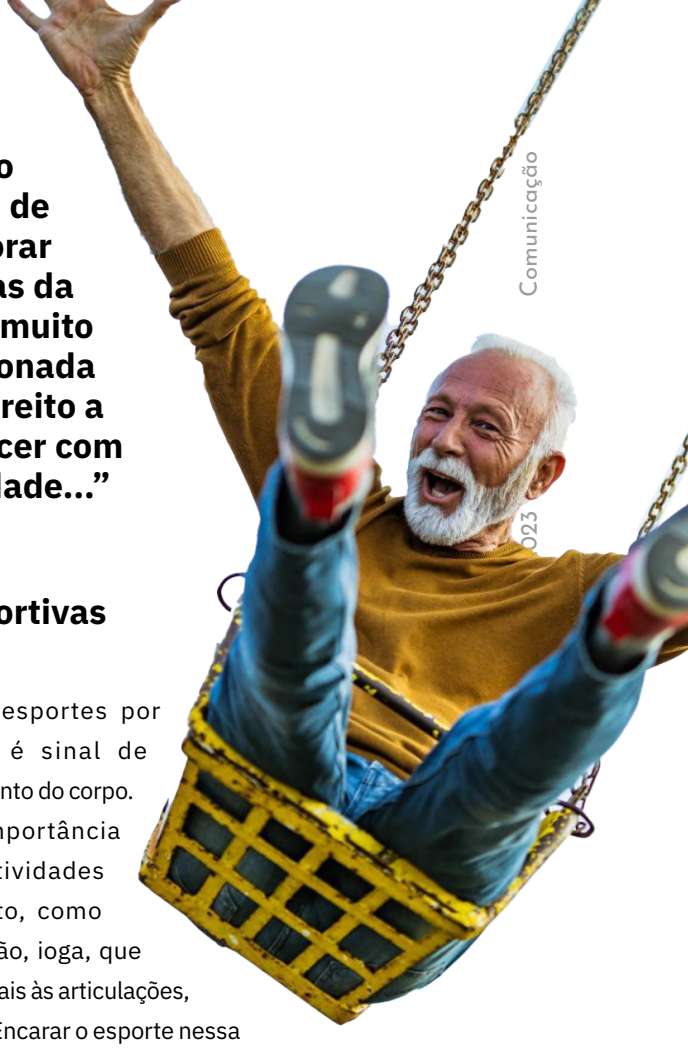
Sexualidade para todos

A sexualidade na vida das pessoas idosas ainda é um tabu a ser enfrentado. Por isso, uma abordagem múltipla, que combine educação, comunicação aberta e apoio, tanto da sociedade quanto da família e de profissionais de saúde próximos, permite que as pessoas idosas tenham uma vida sexual ativa.

Ao fugir dos estereótipos, a sexualidade na velhice pode ser vivida de forma livre, seja entre uma pessoa idosa e outra, entre gerações diferentes, pessoas do mesmo gênero ou não, além de diversas outras formas de amor. Afinal, a vergonha e os estigmas sofridos por essa parcela da população ainda precisam ser desconstruídos. A convivência com esse assunto, portanto, é de grande importância para que a sociedade perceba que, apesar de pessoas idosas transparecerem um ar de fragilidade e inocência – moralmente falando –, elas ainda têm seus desejos sexuais ativos e querem viver com qualidade de vida e de forma plena.

DIÁLOGO ABERTO: Encoraje as pessoas idosas a falar com profissionais de saúde, terapeutas ou grupos de apoio sobre suas preocupações e dúvidas em relação à sexualidade. Isso quebra o silêncio e promove melhor entendimento do que a pessoa está passando nessa fase da vida.

"A questão do cuidado, de você explorar novas áreas da vida, está muito correlacionada com o direito a envelhecer com dignidade..."



Comunicação

2023

Práticas esportivas e saúde

A prática de esportes por pessoas idosas é sinal de vitalidade e movimento do corpo. É de extrema importância a escolha por atividades de menor impacto, como caminhada, natação, ioga, que são menos prejudiciais às articulações, músculos e ossos. Encarar o esporte nessa fase é enfrentar com parcimônia o equilíbrio entre o ímpeto de não ficar parado e o cuidado com a integridade física, a fim de evitar lesões e danos à saúde.

"Atualmente, as pesquisas já têm mostrado que esportes como musculação e outros são bem-vindos, pois geram um impacto importante na saúde da pessoa idosa. As pessoas com 60 anos ou mais devem fazer exatamente o que elas quiserem no que diz respeito a atividades físicas, desde que estejam em movimento e respeitem o condicionamento físico de cada uma delas", acrescenta Alexandre da Silva. Quando se cria uma rotina de exercícios físicos, os profissionais que acompanham essa pessoa devem, com o tempo, ajustar as cargas e os intervalos de exercício de forma individual. Dessa forma, a pessoa idosa que busca longevidade por meio da atividade física se sente mais segura.

"As pessoas com 60 anos ou mais devem fazer exatamente o que elas quiserem no que diz respeito a atividades físicas, desde que estejam em movimento e respeitem o condicionamento físico de cada uma delas."

www.gov.br/mdh

FIQUE COM ESSA: De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação é que o exercício para pessoas com 60 anos ou mais seja feito de forma leve, com curta duração e de três a quatro vezes na semana no máximo. Nessa fase da vida, a recuperação muscular é mais lenta por conta da velocidade metabólica do corpo, e o intervalo entre as atividades físicas deve ser maior.

A vaidade também é para todos

A ousadia estética também entra nesse papo como quebra dos estereótipos impostos à pessoa idosa pela sociedade. A opção por cabelos coloridos, a exposição de tatuagens e o uso de vestimentas fora do comum reforçam a expressão da identidade da pessoa idosa e fazem com que a criatividade e o desejo de experimentar não fiquem perdidos no tempo. O desejo de autonomia e a liberdade das pessoas idosas escolherem como querem se apresentar ao mundo dizem respeito apenas a elas. Pense nisso!

Saiba mais sobre
os programas da SNDPI

Direitos Humanos e Empresas:

colocando os pingos nos is e nos jotas

Texto: Luiz Gustavo Lo-Buono

Coordenador-geral de Direitos Humanos e Empresas do MDHC, graduado em Comunicação Social pela UFMG, pós-graduado em Gestão Estratégica de Marketing pela PUC Minas, em Neurociências e Psicologia Aplicada pela Universidade Mackenzie d SP e em Diversidade e Inclusão nas Organizações pelo Instituto Ânima.

Você sabia que existe uma conversa, mais contemporânea, sobre a relação específica entre os direitos humanos e as empresas? E já pensou que você tem tudo a ver com isso?

"Direitos humanos e empresas" é uma agenda global que pode ser definida pela defesa e promoção dos direitos de pessoas, grupos e comunidades atingidas por violações cometidas por atividades ou operações empresariais.

Quando falamos sobre o trabalho em condições análogas à escravidão, por exemplo, isso pode parecer algo distante para algumas pessoas e empresas. Mas apenas para algumas. No primeiro semestre de 2023, o país bateu recorde de resgate de vítimas no campo nos últimos 10 anos, de acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra: 1.408 pessoas. Trabalhadores, assim como você que nos lê. Além disso, 204 novas empresas foram incluídas na chamada Lista Suja nesse mesmo semestre – a maior inclusão já registrada na história do país.

Novamente, talvez você pense que esse cenário se passa longe de sua realidade, mas vale despertar a atenção: há chances de que produtos de consumo diário, como o cafezinho da tarde e a cerveja do fim de semana, tenham o trabalho escravo na cadeia de produção da matéria-prima que chega até seu supermercado favorito.

E o que falar das violações de direitos humanos causadas por desastres e tragédias "ambientais" advindas de atividades empresariais? Imagino que você se lembre, até hoje, dos episódios ocorridos em Mariana e Brumadinho, ambos em Minas Gerais.

Ainda que marcantes em termos de proporção e severidade, esses não são episódios isolados. Uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) analisou dados dos últimos 80 anos e concluiu: as construções e os rompimentos de barragens afetaram mais de 4 milhões de pessoas no Brasil. É como se toda a população de Curitiba e Belo Horizonte, somadas, tivesse que abandonar suas casas para a instalação de usinas hidrelétricas, além de ter adoecido em função do contato com resíduos tóxicos e perdido entes familiares em desastres ou perdido a própria vida.

Até onde você estaria disposto ou disposta a chegar, caso uma empresa te informasse que o bairro ou o condomínio onde você mora será demolido para o lançamento de um novo negócio? Por quais direitos você estaria disposto a lutar por você e sua família?

Pois essa não é uma situação incomum a povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas – que apenas vivem de uma forma diferente, mas possuem moradias, famílias e uma história própria assim como você. A chamada "consulta e consentimento prévio" para a execução de grandes obras e empreendimentos empresariais faz parte dos direitos dessas populações em seus territórios.

Não podemos, claro, nos esquecer de todo o composto de direitos trabalhistas, que são direitos humanos econômicos. Remuneração digna e equânime a mulheres e homens, limites de jornada, condições salubres para executar o trabalho, segurança e saúde – mental, inclusive – no trabalho, associação sindical, proibição de todos os tipos assédio. Todos esses são direitos potencialmente ameaçados e violados no dia a dia de tantos e tantas de nós.

Por fim, a pauta de direitos humanos e empresas também reflete o necessário combate à discriminação. Nossa Constituição brasileira tem a igualdade e não discriminação como princípios que regem não apenas nossas leis, mas nossa conduta em sociedade. Quantas pessoas você conhece que sofrem discriminação, por vezes caladas, na busca por acesso a empregos ou dentro de seu ambiente de trabalho? O conceito de "diversidade e inclusão" no meio empresarial busca, como essência, garantir o direito humano à não discriminação, em particular a grupos sociais que historicamente sofrem com esse processo: mulheres, pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas LGBTQIA+, pessoas periféricas, pessoas em situação de rua e tantas outras.

É importante entendermos que ideias como "Conduta Empresarial Responsável" e "Responsabilidade Social Corporativa" integram essa ampla agenda de direitos humanos e empresas. E, como qualquer processo de evolução social, são também conceitos que carecem, há algum tempo, de atualização sobre sua efetividade na realidade prática na vida das pessoas. A lógica da responsabilidade social que legitima a ideia de "devolver para a sociedade uma parte daquilo que nós, empresas, causamos de impacto" deve ser substituída, como evolução, pela nova lógica de "garantir a toda a sociedade que o que nós, empresas, fazemos, não coloque em risco ou viole absolutamente qualquer direito humano".

Afinal, falar de direitos humanos e empresas é falar da dignidade humana como princípio fundador dessa relação e de todas as relações sociais em nosso país. É falar sobre o direito ao "desenvolvimento", entendendo que a perspectiva de "desenvolvimento econômico" não está e não pode estar dissociada do direito de todas as pessoas poderem participar, contribuir e usufruir do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Afinal, desenvolvimento para quem e a que custo?

Nossos direitos humanos são universais e exercê-los acontece em nossa vida prática: em família, naquilo que consumimos, nos locais que frequentamos, em nossa relação com o Estado e também em nossa relação com as empresas, seja de forma direta – quando trabalhamos nelas ou fornecemos serviços e produtos a elas, ou indireta – quando nossa vida em comunidade é afetada de alguma forma por determinada atividade ou conduta empresarial.

Vamos juntos seguir aprendendo mais sobre isso? ▪

Os 75 anos da DUDH em uma perspectiva pedagógica e de superação das opressões

Defensoras de direitos humanos refletem sobre avanços e atualidades da Declaração Universal dos Direitos Humanos e apontam caminhos para triunfo da justiça social no Brasil

Texto: Rafael Daher

Desde 1948, a humanidade dispõe de um documento que estabelece parâmetros que norteiam a luta pela dignidade humana no enfretamento ao preconceito, ao ódio e às violências propagadas por sistemas de opressão que visam ao controle social de corpos excluídos e vulnerabilizados. Setenta e cinco anos depois de sua adoção, em Paris, pela Organização das Nações Unidas (ONU), esse marco humanitário se mantém como principal inspiração global para a promoção de uma cultura de paz: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Ao longo de 30 artigos, a publicação orienta nações e populações a seguirem princípios relacionados à proteção universal dos direitos humanos. Já na abertura, a Declaração une todos os habitantes da Terra em "uma família humana", apontando para a importância da justiça social, das liberdades fundamentais e da fraternidade entre os povos. São princípios dignos e notáveis que, no entanto, ainda encontram dificuldades em se tornarem nítidos em todas as camadas da população brasileira e mundial.

Na perspectiva do tempo, o Brasil de 2023 evidencia contradições que revelam construções sociais diversas e plurais. Se de um lado aparecem narrativas separatistas e violações de direitos contra o diferente e o diverso; de outro, a pluralidade brasileira busca se unir contra o patriarcado, o machismo, o sexismo, a LGBTfobia e a intolerância religiosa – entre tantas outras formas de exclusão social.

Tais palavras e termos, quando lidos ou ditos, despertam sensações e emoções distintas em cada

pessoa. De onde nascem tais contradições? O que o medo do diferente significa para alguém que, diante da incompreensão, sente-se autorizado a levantar-se em violência contra o próximo?

Diante disso, a revista Direitos Humanos pra Quem? conversou com duas defensoras de direitos humanos sobre caminhos pelos quais percorreu e percorre a sociedade brasileira na busca pela garantia de direitos.

Duas mulheres do Brasil

Na mesa de diálogo, a secretária nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Isadora Brandão; e a antropóloga, professora e pesquisadora Débora Diniz, traçam desafios e oportunidades para o triunfo da justiça social no Brasil.

Débora Diniz contextualiza o período o qual o documento prestes a fazer 75 anos nasceu. "A Declaração foi criada em um momento da humanidade de assombro das atrocidades, das violações de direitos humanos e daquilo que o humano seria capaz de fazer um contra os outros. É um documento político que tem uma pretensão ética de enunciação de valores, cultura, proteção e de reconhecimento de valores fundamentais para garantia de uma vida justa", aponta a antropóloga.

Sobre a atualidade da Declaração, a pesquisadora comenta que, dentro do Sistema ONU, as atualizações são permanentes, a exemplo de convenções de enfrentamento ao racismo, ao machismo, pelos direitos das crianças e das pessoas com deficiência. "Esse conjunto principiológico sofre atualizações permanentes no campo normativo. Mas o que falta para que, na prática, rompamos com raízes brutais como o sistema de opressões enraizado no patriarcado, no racismo, na colonialidade da forma da vida e do poder? Esse é um processo lento", indica a professora, que reconhece os desafios atuais para a efetivação do marco universal.

Além da normativa

Nessa linha de pensamento, Débora Diniz reflete que um caminho próspero para a efetivação da DUDH não se encontra apenas em uma esfera normativa, a exemplo de leis que criminalizam condutas avessas à preservação da cidadania. "Temos enunciações ativas na Constituição sobre os direitos humanos fundamentais. Portanto, é necessária uma permanente anunciação de que 'direitos humanos' não é uma abstração. Não há outra forma de vida possível na coletividade e na diversidade e nas nossas diferenças que não pela enunciação de uma linguagem ética e política em comum", vislumbra.

Para tanto, ela afirma que é imprescindível uma contínua pedagogia dos direitos humanos para brasileiros e brasileiras. "Não estou confundindo com uma escolarização, mas a pedagogia dos direitos humanos [se ergueria] contra os fanatismos como uma pedagogia permanente de que as soluções para nossas diferenças, que são as desigualdades, seria um marco ético compartilhado", sugere Débora Diniz.

Desafios contemporâneos

A esse diálogo, a secretária Isadora Brandão acrescenta que o conceito de humanidade deve ser observado com especial atenção. "O principal desafio está em alargamos as nossas concepções de humanidade. Ao longo da história, temos observado que a proclamação formal e universalista de direitos tem convivido com a negação de humanidade à maioria da população do globo", pontua a gestora.

Nessa perspectiva, Isadora ressalta o fato de que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade existentes na Declaração não impediram, por exemplo, opressões sofridas por diversos países ao longo do último século. "Enquanto diversas nações do mundo se empenhavam em condenar os horrores do nazismo, por exemplo, cerca de um terço da população mundial ainda vivia sob o jugo do colonialismo e habitava territórios não soberanos", contextualiza.

"Por qual motivo temos falhado em tornar os direitos humanos uma realidade para as maiorias oprimidas? Porque ainda é forte a naturalização da hierarquização de humanidades produzida pelo racismo em suas interseccionalidades como o cisheterosexismo, o capacitismo, o racismo, o machismo, entre outros", elenca Isadora Brandão em consonância com o pensamento de Débora Diniz.

Pedagogia dos saberes: um convite à reflexão sobre raízes históricas

Diante do preconceito e das violências, as defensoras de direitos humanos destacam uma ética pedagógica que possa promover o pensamento crítico como alternativa para enfrentar as mazelas do viver do povo brasileiro. Ou seja, definir o que são direitos humanos passa por uma reapropriação de palavras que foram assaltadas pelo sistema opressor de controle social.

Desmistificando percepções equivocadas, Débora é quase silenciosa e ao mesmo tempo enfática quando diz que não há ironia no fato de mulheres negras serem a maioria do país e, ainda assim, serem expostas a vulnerabilidades sociais permanentes. "Não tem ironia. O opressor depende do oprimido", esclarece. "Os poderes opressores e os poderes históricos de opressão são tão entranhados em estruturas de poder e estruturas de extermínio e castigo – como é desde o Direito Penal, como são as armas, como a ideia de força, como a ideia de mando, como a desigualdade salarial, isso tudo são estruturas de mandonismo, que são históricas e têm raízes, inclusive no Estado", descortina a professora.

Nessa perspectiva histórica, Isadora Brandão resgata as origens globais de uma cultura que não considera a pluralidade e a diversidade como formas de convivência comum para o bem viver. "O eurocentrismo nos faz acreditar que os direitos humanos são um produto exclusivo do Ocidente ou um elemento inerente à cultura ocidental. Ocorre que os europeus construíram o seu sistema utópico a partir do contato com sociedades não ocidentais e da expropriação de conhecimentos dos povos colonizados", detalha Brandão, salientando que o imaginário universal de direitos humanos contou com a contribuição de experiências asiáticas, africanas, indígenas e indianas ocorridas em diferentes períodos históricos.

Em busca de uma ética pedagógica

Ao observar outros exemplos, Isadora Brandão cita um documento produzido por povos do Oeste africano, em pleno século 13, para estabelecer os princípios da vida em comunidade, que previa os direitos das mulheres à participação política e que repudiava a violência contra as mulheres: é o caso da Carta Mandinga.

Ela era a Constituição do antigo Império do Mali, que foi transmitida ao longo do tempo por meio da oralidade, e reconhecida como patrimônio da humanidade somente em 2009 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), oito séculos depois de seu nascimento.

"A Carta carrega uma série de valores que podem ser associados ao que o Ocidente convencionou chamar de direitos humanos", provoca Isadora Brandão em uma reflexão sobre contribuições não ocidentais que, por vezes, tentam ser apagadas da memória global.

"Precisamos aprender a ouvir as vozes das mulheres africanas e diaspóricas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ciganas, transexuais, homossexuais, com deficiência, entre tantas, situadas na periferia do mundo e reconhecê-las como vocalizadoras legítimas de projetos de emancipação feminina. Isso implica refutar visões paternalistas que retratam essas mulheres do Sul Global, empobrecidas e racializadas, como sem liberdade, não conhecedoras de seus direitos e necessitadas de ajuda do Norte para atingirem um nível adequado de desenvolvimento", aponta.

Assombro e escuta

A fim de que a temática de direitos humanos alcance o sentido universal proposto é necessário, no entanto, lidar com o contraditório. Débora Diniz considera que o exercício do pensamento e a criticidade despontam como condições para que os afetos assumam o palco da compreensão humana no sentido de despertar sentidos afirmados nesta mesa de diálogo. Entretanto, ainda que pareça, a palavra afeto não assume apenas o sentido do cuidado e da beleza.

"Qual o lugar do afeto? Há afetos que são negativos. O ódio é um afeto negativo, porque é um afeto destruidor. Quais são os afetos que permitem o encontro? Um afeto fundamental para a cultura de direitos humanos é se assombrar, ou seja, não naturalizar práticas brutais como a violência, como o racismo, como dizimar povos e nações como ocorre nas crises humanitárias. O assombro é uma pedagogia fundamental, pois a partir dele se pode estranhar a si próprio e a naturalização de (in)certas práticas", aponta a professora e pesquisadora Débora Diniz.

Nessa mudança de sentidos, Débora segue a reflexão sobre um segundo passo fundamental nessa construção: a escuta. "Também é preciso aprender a escutar. Os poderes opressores, como o patriarca e o racista, eles escutam muito pouco. Porque a palavra é um atributo do mando: é quem fala, e escuta muito mal. Aprender a escutar é uma pedagogia de desenraizamento dos sistemas de opressão", frisa a antropóloga.

Para Débora, assombro e escuta são elementos que desaguariam na possibilidade de atingir uma reviravolta na percepção. "Quando mudamos a percepção, a apreensão sobre a dor do outro, é quando podemos começar a construir alianças entre nossas mais profundas diversidades para a garantia dos direitos humanos", sinaliza.

Resiliência criativa

Finalizando esse encontro, a pesquisadora Débora Diniz acredita que uma possível revolução brasileira, compreendendo as raízes históricas expostas neste conteúdo, será protagonizada por mulheres e pessoas de gênero diverso, justamente o segmento social que vive tal "deslocamento sobre os poderes opressores".

Outro ponto que se une à cultura na visão da antropóloga e que nasce como elemento possível para tais transformações são as manifestações artísticas. "Arte é toda forma de provocação dos sistemas de percepção e linguagens de expressão que não é da palavra da ordem, da palavra do mando. Não tenho dúvidas de que [uma possível revolução] será pela poética de novas formas de imaginação sobre o mundo desde os corpos subalternizados", reflete Débora.

"Gosto de trabalhar com uma palavra que é quase uma categoria de pensamento e de sobrevivência. Nós temos uma resiliência criativa. Nós vivemos sobre a colonialidade do poder, sob o patriarcado, o racismo. As nossas raízes coloniais estão entranhadas nos regimes do sistema de opressão. Mas quando olhamos para a poesia, para a arte, para os movimentos de música, para os movimentos sociais, para as formas de convivência comunitária – nós temos uma resiliência, esse conceito de sobreviver a esse caos, sempre criativa. Ela não é passiva: ela é transformadora", acredita a professora.

Para a antropóloga, o Brasil poderá assumir um papel mundial, inclusive, de exemplo para outras nações por meio da circulação dessa criatividade referida. "Temos o histórico de não sucumbir e, ao contrário, sobreviver criativamente na poética da palavra, da música, da arte, do encontro. Essa é uma das formas pelas quais o Brasil pode se comunicar com o mundo, revirando o mapa de pensamento a partir dos afetos e dos encontros", finaliza a defensora de direitos humanos. ▪

Foto: MDHC/Secom

Comunicação em Direitos Humanos: um pilar fundamental para unir a pluralidade brasileira

Assessoria Especial de Comunicação Social lançou projeto para desconstruir leituras enviesadas de parte da sociedade sobre o conceito de direitos humanos; realizou campanhas institucionais e de utilidade pública e abordou aspectos prioritários de todos os públicos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Texto: Paulo Victor Chagas

Considerada um pilar da gestão do ministro Silvio Almeida – ao lado dos eixos Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Cidadania e Educação em Direitos Humanos –, a Comunicação fez parte de todas as ações e atividades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) neste primeiro ano de gestão. Os produtos, projetos, ações e campanhas de comunicação do Ministério tiveram como foco a disseminação da mensagem de que os direitos humanos não são um tema extemporâneo à sociedade: eles estão mais próximos das pessoas do que se imagina, apesar da polarização política que tenta enfraquecer a agenda.

Por isso, a Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom) do MDHC tem como missão a mobilização de comunidades diversas – e, às vezes, antagônicas entre si. Tais tarefas foram importantes para fazer com que os conteúdos da Pasta atraíssem cada vez mais pessoas.

Atenta às necessidades do momento atual e mirando os locais onde está presente o cidadão brasileiro, a Ascom criou um canal do WhatsApp que já conta com cerca de 15 mil seguidores. Outras ações no aplicativo de mensagens instantâneas também foram realizadas, a exemplo da criação de comunidades e distribuição de vídeos, postagens e notícias produzidas pelo Ministério.

Uma das principais ações realizadas no ano foi o lançamento da campanha "Direitos Humanos pra Quem?", desenvolvida com o objetivo de desmistificar a ideia difundida de que os "direitos humanos são somente para pessoas que cometeram crimes". Ao resgatar o verdadeiro conceito dos direitos humanos, a iniciativa é atemporal e pretende mobilizar pessoas e grupos dos mais variados para abordar, de forma didática, inclusiva e simples, assuntos considerados polêmicos ou tabus relativos ao tema.

Na primeira etapa do projeto, foi lançado o videocast "Direitos Humanos pra Quem?", apresentado pelo próprio ministro Silvio Almeida, e que visa discutir temas como situação prisional, capacitismo, apologia da ditadura, discurso de ódio, a relação do Brasil com a comunidade internacional, marginalização das pessoas em situação de rua, entre outros. Além de artistas, influenciadores e pessoas engajadas na pauta dos direitos humanos, os secretários nacionais e demais gestores do Ministério também serão entrevistados do videocast.

Dentro da mesma campanha, a Ascom irá lançar diversos minidocumentários temáticos que se aprofundam em assuntos caros para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, como os direitos das pessoas LGBTQIA+; a exposição de violações de direitos para com a população carcerária ou com liberdade restrita; casos de intolerância religiosa, dentre outros. Também foi criado o programa "Check da Semana", divulgado no canal do Instagram do Ministério e nos grupos do WhatsApp, com um resumo do que de mais importante aconteceu durante a semana.

Ao longo dos primeiros 11 meses de gestão, foram mais de 250 vídeos gravados, editados e distribuídos pela própria Ascom, cerca de 50 transmissões ao vivo realizadas, milhares de demandas de imprensa e dezenas de entrevistas concedidas pelas diversas autoridades do Ministério.

Nas redes sociais, apenas o perfil do Instagram recebeu 90 mil novos seguidores e mais de 1,3 milhão de interações. Os vídeos do YouTube se aproximaram da marca de 3 milhões de impressões, com 6,7 mil novos seguidores do canal. Uma impressão é contabilizada quando pelo menos 50% do post ou a miniatura fica na tela do usuário por mais de 1 segundo, gerando assim a visibilidade ao conteúdo. Desde 1º de janeiro, mais de 2.600 fotos foram publicadas no Flickr do Ministério.

A atuação junto à mídia também foi intensa: cerca de 100 notícias sobre o Ministério foram publicadas, todos os meses, pelos mais diversos veículos de comunicação, média também verificada quando se realiza a busca pelo nome do ministro Silvio Almeida. Entrevistas exclusivas, coletivas, participações em eventos e viagens foram acompanhadas e registradas pelos profissionais da imprensa.

Campanhas

Se no dia a dia os profissionais de comunicação da Ascom conseguiram fazer chegar as diversas atividades, reuniões, eventos, viagens, anúncios e entregas do Ministério à população brasileira, foi por meio das campanhas temáticas que a equipe de comunicação conseguiu atingir de forma sensível e impactante o público.

Prova disso foi a campanha realizada no mês de maio, em alusão ao 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cujo vídeo produzido em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-

PR) foi premiado no Festival Internacional El Ojo de Iberoamérica 2023.

Para o assessor especial de Comunicação Social do MDHC, Ruy Conde, o sucesso das campanhas realizadas ao longo dos últimos meses indica que as ações estão no caminho certo. “Nós temos consciência do papel e desafio que é sensibilizar grupos diversos sobre a importância do respeito, da cidadania e da dignidade de todas as pessoas. Fazer com que a sociedade olhe para o lado e compreenda que o outro também é um cidadão com os mesmos direitos, liberdades e garantias não é uma tarefa fácil, especialmente em um ambiente no qual o discurso de ódio e as narrativas da intolerância ganham cada vez mais likes, mas nossos esforços indicam avanços significativos neste primeiro ano de gestão”, observa.

Outras campanhas fundamentais e mobilizações inéditas foram planejadas, articuladas e executadas em conjunto com as secretarias e assessorias especiais do Ministério. É o caso da ação “Construir para Reconstruir”, em celebração ao mês da visibilidade trans; da campanha “Junho Violeta”, que conscientizou sobre a importância do combate à violência contra a pessoa idosa; da campanha de mobilização da população para o processo de escolha dos conselheiros tutelares; dos conteúdos de lançamento do Novo Viver sem Limite, que prevê R$ 6,5 bilhões de investimentos e mais de 90 ações de promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias – além da realização da “Semana do Nunca Mais” para rememorar os 59 anos do golpe militar que provocou violações de direitos humanos causadas pelo Estado brasileiro; dentre várias outras.

“Conseguimos alcançar todos os públicos prioritários do nosso Ministério. Durante a Caravana dos Direitos Humanos, levantamos a pauta e fizemos o debate com setores da sociedade sobre a situação das pessoas em privação de liberdade no país. No marco dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, produzimos uma emocionante campanha de utilidade pública em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, e apresentamos o Plano Ruas Visíveis, voltado à promoção de direitos às pessoas em situação de rua, um dos grandes anúncios deste ano”, destaca o assessor especial Ruy Conde.

No campo da retórica e disputa por narrativas, não é de se esperar que os desafios de uma comunicação clara e efetiva deixem de existir, a exemplo das inúmeras desinformações disseminadas nas redes, discursos de ódio contra públicos vulnerabilizados e ataques de parlamentares disparados contra integrantes do Ministério durante o ano de 2023. Entretanto, com um trabalho estratégico, com base na ciência e no olhar para o real em integração com todas as unidades da Pasta, será possível transpor obstáculos e chegar a um público cada vez mais amplo, plural e diverso como é o Brasil. ▪

Histórias das Caravanas da Anistia: como o Estado brasileiro buscou acertar contas com o passado nas primeiras décadas do século

Entre 2008 e 2016, o governo federal se uniu a movimentos diversos da sociedade para realizar um momento único da história brasileira. As simbólicas Caravanas da Anistia eram atos oficiais de julgamento dos pedidos de anistia política, mas não só. A mobilização percorreu todas as regiões brasileiras durante mais de 80 encontros. A expectativa por esse momento de prestação de contas com o autoritarismo era tanta que floresceu na construção da Bandeira das Liberdades Democráticas, sessões da Comissão da Anistia lotadas de público e emoção, e o reconhecimento a figuras representativas da luta contra a opressão, como o ator e dramaturgo Zé Celso Martinez Corrêa.

A revista *Direitos Humanos pra Quem?* revela dois capítulos desses eventos marcantes para a memória, reparação e justiça do país.

Retalhos da memória que tecem o amanhã

Conheça a história da Bandeira das Liberdades Democráticas, símbolo das Caravanas da Anistia que representa a luta construída por entidades e organizações sociais e passou por todas as regiões brasileiras entre 2008 e 2014, ano em que foi extraviada por assalto.

Texto: Rafael Daher

Alinhado à defesa da democracia e à não repetição das violações de direitos ocorridas na ditadura militar, a revista *Direitos Humanos pra Quem?* relembra um símbolo de memória e verdade construído país afora entre 2008 e 2014. Batizada de "Bandeira das Liberdades Democráticas", a peça foi costurada ao longo das Caravanas da Anistia, iniciativa que percorreu o Brasil no âmbito da Comissão de Estado de Anistia até 2016, ano do golpe político sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff.

Para recuperar essa história e com o intuito de preservar a memória desse período, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania conversou com integrantes da Comissão de Anistia que vivenciaram as Caravanas da Anistia e fazem parte da atual estrutura do órgão. Lotadas no gabinete ministerial, as então coordenadoras de projeto educativo da Comissão, Marleide Rocha; e de julgamento, Natália Costa, contam em detalhes a história deste símbolo – além do depoimento da presidenta do colegiado, Eneá de Stutz e Almeida, que integrou a Comissão entre 2009 e 2018 como conselheira.

Para não esquecer

Construída pela soma de retalhos de bandeiras e símbolos de instituições como universidades, sindicatos, associações, colegiados, igrejas e movimentos sociais, a "Bandeira das Liberdades Democráticas" foi costurada a cada sessão de memória da Comissão de Anistia durante seis anos, tendo passado por todas as regiões brasileiras ao longo das Caravanas da Anistia. Foram realizadas mais de 80 caravanas até 2016. Antes, porém, em 2014, um assalto a um transporte dos Correios impediu que a bandeira permanecesse "viva".

Em paralelo com o sombrio período da ditadura militar e de ciclos políticos que flertavam com a repressão, a exemplo do período 2019-2022, a bandeira também conta a história do Brasil. Criada há 21 anos, a Comissão de Estado da Anistia passou por diversas fases. Em um primeiro momento, as reparações indenizatórias eram a única entrega, mas foi a partir de 2007, como relembra a então coordenadora, Marleide Rocha, que a Comissão passou a desempenhar uma função de participação social e pedagógica para além da reparação financeira.

"Em abril de 2007, sob gestão do ministro da Justiça Tarso Genro, Paulo Abrão assumiu a presidência da Comissão de Anistia. Ele apresentou uma proposta arrojada e inovadora para o colegiado. Os primeiros seis meses foram dedicados quase que exclusivamente para a classificação dos processos pendentes de apreciação, que foram organizados por temáticas", relembra Marleide Rocha ao citar que, naquele tempo, todos os processos eram físicos e ainda não havia o trâmite contemporâneo de digitalização dos arquivos.

"As caravanas, além de um ato oficial, público e de muita mobilização, eram um momento de formação política também. A Comissão de Anistia ia aos estados mediante articulação com parceiros locais, como movimentos sociais e instituições de ensino, e realizava sessões reais de julgamentos de requerimentos de anistia", conta Marleide.

Diferenciando-se dos processos de julgamento afastados dos locais em que viveram as vítimas da

ditadura, Natália Costa lembra que as caravanas permitiram a abertura da participação social, aproximando comunidades brasileiras da política de reparação, memória e não repetição do ponto de vista pedagógico.

Tecendo o tecido social

Neste contexto, a Bandeira das Liberdades Democráticas passou a ocupar lugar de protagonismo nas Caravanas da Anistia. "Às vezes, as pessoas que participavam do evento não era nem as pessoas que tinham sofrido a perseguição, mas era colega de um, de outro e passavam a se conhecer", conta Natália.

Pano por pano, retalho por retalho a bandeira foi crescendo. "Ela foi ficando gigante e linda. Então, passamos a usá-la como toalha de mesa da solenidade. Ela demonstrava todas as forças políticas comprometidas com essa luta. Para nós, a soma de cada retalho era como fortalecer laços, reafirmar compromissos e alinhar o tecido social desgastado", resume Marleide.

Elas contam que não costumavam despachar a bandeira junto à mala no aeroporto, preferindo levar no colo. "Era uma forma de cuidado, pois a bandeira era símbolo da construção coletiva, e os processos democráticos só se dão de maneira coletiva", afirma Marleide. Entretanto, em um determinado momento, pesando quase 30 quilos e diante da impossibilidade de levar em mãos, a bandeira foi mandada previamente para o local onde se realizaria uma caravana. Porém, por uma fatalidade, ela não chegou ao seu destino.

"Recebemos a informação de que o carro dos Correios havia sido assaltado com toda a carga", lamentam ao relembrar que todos queriam deixar sua marca na bandeira como se projetassem ao futuro. "A gente fez a formalização do processo e depois começamos uma tentativa de reconstituir a bandeira. Contamos a história, dissemos o que aconteceu e pedimos aos parceiros que enviassem novamente a sua contribuição, mas o projeto foi interrompido", rememoram.

"Quem grita vive contigo"

Em documentário produzido pelo Ministério da Justiça à época dos 30 anos da Lei de Anistia, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aparece ainda jovem em movimento que pedia anistia ampla, geral e restrita. "Com Lula ou sem Lula, com diretoria ou sem diretoria, sem comissão ou com comissão, vocês sairão vencedores dessa luta", bradou o líder brasileiro diante de movimentos populares que sacudiram o alicerce da ditadura. Apesar de inconclusa, no sentido de não ter finalizado os trabalhos de memória, verdade e justiça de transição, a Lei de Anistia surgiu como marco legislativo nacional.

Contemporâneos desse período, os versos da canção Menino, composta por Ronaldo Bastos e Milton Nascimento, denunciam a repressão da época e ressaltam o papel de sujeitos coniventes e resistentes à repressão militar. "Quem cala consente na sua morte [...] quem grita vive contigo", diz a letra.

Para a atual presidenta da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida, a ideia da Bandeira das Liberdades Democráticas é o próprio fundamento do colegiado diante da sociedade civil. Ela explica que as Caravanas da Anistia tinham também o objetivo de potencializar a participação social junto à agenda de memória e verdade e de explicar, de forma didática, a verdade dos fatos de toda a perseguição política ocorrida pelo Estado durante a ditadura.

"As sessões de anistia eram feitas em caravanas exatamente para haver maior participação da população local nos lugares onde os fatos aconteceram".
Eneá de Stutz e Almeida

"Nesse evento, havia toda essa cerimônia de entrega de um pedaço de pano com os símbolos das instituições locais que estavam ali participando daquela caravana, ou que tinham seus integrantes sendo anistiados naquelas sessões de julgamento. Eram momentos bastante emocionantes. Eram ritos de entrega desses retalhos que formavam essa enorme colcha, essa enorme bandeira da anistia" relembra.

Para Eneá, a bandeira também simbolizava o entrelaçamento de passado, presente e futuro. "Ao juntar essas memórias, ao costurar essas memórias locais e as transformando na memória social de defesa da democracia e de luta pela liberdade, nós construímos a memória brasileira da verdade histórica que foram essas vidas, essas experiências, esses atos de heroísmo de brasileiras e brasileiros ao longo dos anos de repressão", remonta Eneá de Stutz e Ameida. ▪

Saiba mais:

Sugestão de leitura: Parte dessa história está registrada no livro Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão, editado pelo então Ministério da Justiça, em 2012, com detalhes das primeiras 50 caravanas.

A anistia a Zé Celso Martinez Corrêa

O pedido de desculpas do Estado brasileiro que ecoa na alma dos defensores de direitos humanos do Brasil: relembre a história de uma das mais marcantes sessões da Comissão de Estado de Anistia

Texto: Renata Leite

> **“Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinha eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de luta para provar a mim mesmo que eu estava vivo.”**

Há 13 anos, o Estado brasileiro realizou uma das mais emblemáticas e inusitadas sessões de julgamento da Comissão de Anistia. Na pauta, o requerimento de anistia política do ator e dramaturgo Zé Celso Martinez Corrêa (1937-2023). O artista foi perseguido, preso e torturado pela ditadura militar. Assim como muitos brasileiros que lutaram e sobreviveram ao regime, o ator teve de deixar o país para viver no exílio.

No ano da morte do dramaturgo, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania conversou com personagens que participaram da sessão da Comissão de Anistia à época com intuito de resgatar a memória deste episódio histórico.

A sessão da anistia de Zé Celso aconteceu durante a 35ª Caravana da Anistia, no Teatro Oficina em São Paulo, no dia 7 de abril de 2010. A cerimônia foi organizada pelo próprio dramaturgo. Naquele dia, os ritos formais aconteceram em meio a um espetáculo teatral inspirado no "Banquete de Platão" como uma celebração ao amor. O hino nacional foi entoado em ritmo de bossa nova e rock and roll.

Foto: Paulino Menezes/Comissão de Anistia

A Comissão reconheceu os danos físicos e morais pela repressão sofrida e por ter cerceado e prejudicado Zé Celso e seu grupo de teatro pelas censuras impostas. Em seu veredito, por unanimidade, foi concedida a anistia política com reparação econômica de caráter indenizatório.

Reparação histórica

Aos 73 anos, Zé Celso recebeu em vida o pedido de desculpas formal pelo Estado brasileiro. "Foram 15 anos de luta para provar a mim mesmo que eu estava vivo. Reaberto o teatro, foram mais 10 anos para provar que nós tínhamos ressuscitado. Eu e o teatro fomos assassinados socialmente pela ditadura", declarou Zé Celso à época.

Com lágrimas nos olhos, o dramaturgo recebeu o perdão do presidente da Comissão de Anistia à época, Paulo Abrão, que na fala de abertura da sessão reconheceu os danos do Estado. "Nós compreendemos que as autoridades públicas brasileiras têm mais que a obrigação de expressar publicamente o dever de reparação a todos aqueles que o Estado autoritário prejudicou, perseguiu, causou danos materiais, morais, danos psicológicos, interrompeu projetos de vida, interrompeu o direito à vida, à saúde, ao trabalho", elencou.

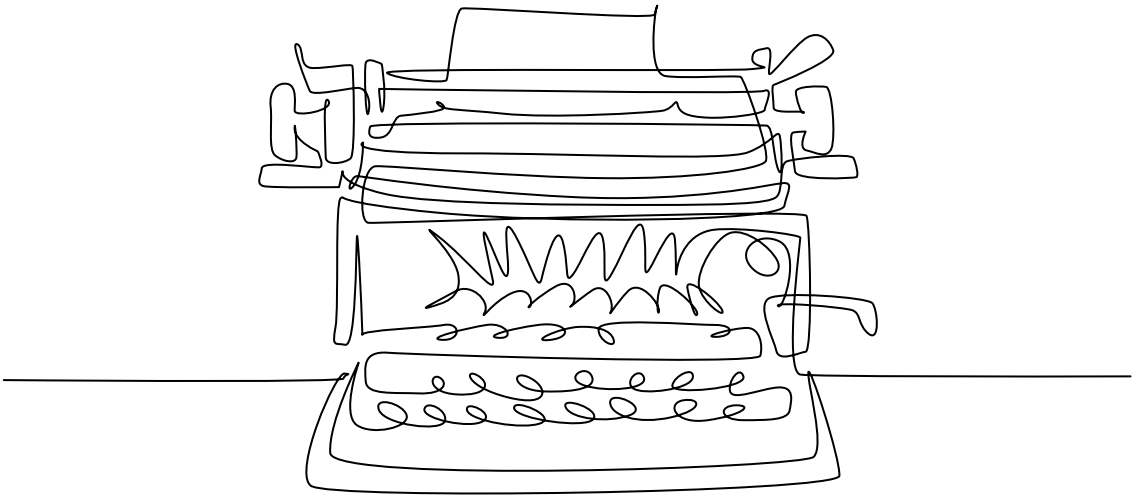
"Os brasileiros no passado sofreram essas perseguições, porque resistiram, porque não baixaram a guarda, porque não aceitaram que se imperasse no nosso país um regime autoritário, a ausência de liberdades. É mais do que dever do Estado brasileiro prestar essa homenagem pública. A reparação econômica é apenas um aspecto dessa reparação moral e muito maior que é esse dever de prestar homenagem e reconhecimento público, de prestar essa homenagem às pessoas que lutaram para que nós possamos hoje ter as liberdades que usufruímos. Dentre elas Zé Celso Martinez", afirmou.

O voto do conselheiro relator

> “... nenhuma reparação econômica pode suprir os erros do Estado, que violou a intimidade e o corpo de seus cidadãos, alterou seu curso profissional ou os impeliu a abandonar a Pátria para garantir alguma parcela de sua liberdade individual”

> “Entendo não haver indenização que repare o tolhimento dos direitos à liberdade, apague o sofrimento ou calcule o valor de sua luta particular pela democracia do país...”

Trecho do voto do relator do caso, Prudente José Silveira Mello - ator, advogado e conselheiro à época.



“A memória que guardo desse dia que fizemos a anistia do Zé Celso?”, questiona o conselheiro. “Eu diria que é uma das mais intensas. Eu fiz teatro profissional e tive o privilégio, então, de fazer o voto condutor do Zé Celso Martinez. De certa forma, eu usei também no voto o recurso da dramaturgia, colocando como se fosse um espetáculo teatral com um epílogo e também dois atos que precediam esse epílogo, que era a narrativa da condição de perseguição que sofreu o Zé Celso”, relembra o conselheiro que fez o discurso para uma plateia de mais de 300 pessoas.

Conselheira à época, a atual presidenta da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida, afirma que a Caravana representa a mesma coisa até hoje: o reconhecimento de que a cultura e a arte estão entre as maiores vítimas da repressão. “O processo do Zé Celso demonstrou isso com muita nitidez. A gente viu nesses últimos quatro anos o quanto que o setor cultural e artístico incomoda pretensos ditadores. O quanto a cultura ficou esvaziada, foi perseguida. Foram quatro anos de ensaio para um possível golpe que, ainda bem, não aconteceu, mas o ensaio geral foi feito. O processo do Zé Celso demonstra o quanto a arte e a cultura são revolucionárias, são instrumento de transformação da sociedade, instrumento para a nossa reflexão e a inquietação com as injustiças”, enfatiza. ▪

Momentos 2023

3 de janeiro de 2023
Transmissão de cargo do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida

27 de fevereiro de 2023
Segmento de Alto Nível da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça)

30 de março de 2023
1ª Sessão Plenária da Comissão de Anistia no ano de 2023

29 de março de 2023
Encontro do Ministro Silvio Almeida com representantes de Anistiados e Anistiando

Foto: Clarice Castro/MDHC

17 de maio de 2023
Evento em alusão ao dia internacional e nacional de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+

27 de abril de 2023
Visita ao Acampamento Terra Livre

Foto: Clarice Castro/MDHC

18 de maio de 2023
Solenidade em alusão ao Dia de Enfrentamento e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

1º de junho de 2023
Encontro com representantes do Movimento Mães de Maio

Foto: Clarice Castro/MDHC

10 de agosto de 2023
Seminário com a participação de representantes dos movimentos de familiares e mães das vítimas da violência do Estado no Brasil

Foto: Ruy Conde/MDHC

21 de agosto de 2023
Primeira etapa da Caravana dos Direitos Humanos - Visita à Unidade de Internação Socioeducativa de Cariacica (ES)

Foto: Ruy Conde/MDHC

10 de setembro de 2023
Exposição fotográfica de Evandro Teixeira durante os eventos em alusão aos 50 anos do Golpe de Estado no Chile em 1973

25 de setembro de 2023
Ação de comunicação do Disque Direitos Humanos - Disque 100, no Estádio do Morumbi, como canal de denúncia de violações de direitos humanos

Foto: Clarice Castro/MDHC

3 de outubro de 2023
Seminário "Envelhecer é o nosso Futuro: 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa" em Alusão ao Dia Internacional e Nacional da Pessoa Idosa

23 de novembro de 2023
Cerimônia de lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver Sem Limite, no Palácio do Planalto

Foto: Clarice Castro/MDHC

8 de dezembro de 2023
Evento de celebração dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos

11 de dezembro de 2023
Cerimônia de lançamento do Plano Nacional Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua, no Palácio do Planalto

DIREITOS HUMANOS
PRA QUEM???

PRA MANOS, MINAS, MONAS E TODAS AS PESSOAS

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO